

Direito Constitucional

Questão 1: IBFC - AJ TRE PA/TRE PA/Judiciária/"Sem Especialidade"/2020

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Os mecanismos de defesa do Estado e das instituições democráticas estão previstos expressamente na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Diante disto, leia o excerto do artigo 136 da CF/88:

"Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, _____ para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por _____ ou _____. "

Assinale a alternativa que preencha **correta** e respectivamente as lacunas.

- a) decretar estado de defesa / grave e iminente instabilidade institucional / atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza
- b) solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio / comoção grave de repercussão nacional / declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira
- c) decretar estado de sítio / grave e iminente instabilidade institucional / declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira
- d) decretar intervenção federal / por violação à integridade nacional / invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/1141369

Questão 2: IBADE - APG (IPVV)/IPVV/Administrativo/2020

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Considerando o instituto jurídico do Estado de Defesa, cujos *pressupostos de fundo* e de *forma* são previstos expressamente no art. 136, da Constituição Federal de 1988, considere as seguintes afirmativas:

I - A decretação do Estado de Defesa é ato privativo do Presidente da República, sendo dispensável prévia manifestação dos Conselhos da República e de Defesa Nacional ou reunião do Presidente da República com qualquer um dos Conselhos supracitados.

II – No decreto que instaura o Estado de Defesa deve constar informação do local restrito e determinado onde ocorrerá.

III – É permitido que se determine, no decreto de instauração do Estado de Defesa, a incomunicabilidade dos presos e a restrição de impetração de Habeas Corpus nos tribunais locais.

Das afirmativas apresentadas, qual(is) corresponde(m) a requisitos ou permissões expressas na norma Constitucional para decretação do Estado de Defesa.

Está(ão) correta(s):

- a) somente **II e III**
- b) somente **I e II**
- c) somente **I e III**
- d) somente **I**.
- e) somente **II**.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/1211870

Questão 3: IBADE - APA (IPVV)/IPVV/2020

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Dentre as alternativas, assinale a que corresponde à(s) medida(s) constitucionalmente prevista(s) que pode/podem ser tomada(s) contra as pessoas na vigência do Estado de Sítio.

- a) A suspensão da impetração e processamento de Habeas Corpus
- b) Inversão do ônus da prova em procedimentos criminais e a mitigação da presunção de inocência
- c) Intervenção em empresas privadas e confisco de bens
- d) Restrição ao direito à inviolabilidade do domicílio
- e) Suspensão da liberdade de reunião

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/1212444

Questão 4: FCC - DP SP/DPE SP/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No tocante à possibilidade de restrições aos direitos fundamentais sem violação da Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar:

- a) Na decretação do Estado de Defesa, poderá haver restrições a quaisquer dos direitos elencados no artigo 5º da CF/88, inclusive a determinação de incomunicabilidade do preso.
- b) Na vigência do Estado de Defesa, poderá haver prisão por crime contra o Estado por período indeterminado, ainda que não haja autorização do Poder Judiciário.
- c) Na vigência do Estado de Sítio, em virtude de comoção grave de repercussão nacional, poderá ser suspensa a liberdade de reunião e determinada a busca e apreensão em domicílio.
- d) Na vigência do Estado de Sítio, em virtude da ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o Estado de Defesa, poderá haver restrições a quaisquer dos direitos fundamentais.
- e) Na vigência do Estado de Defesa, poderá haver restrições ao direito de reunião, desde que realizada fora da sede das associações, ao sigilo de comunicações telefônicas e ao sigilo de correspondência.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/840009

Questão 5: Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Acerca do Estado de Defesa e Estado de Sítio, e de acordo com as disposições constitucionais, assinale a alternativa **correta**.

- a) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, sendo vedado, porém, instituir restrições aos direitos de reunião exercidos no seio das associações.
- b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a 60 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- c) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso nos casos previstos pela constituição federal.
- d) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- e) O Congresso Nacional suspenderá suas atividades até o término das medidas coercitivas durante a decretação do estado de sítio.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/841570

Questão 6: Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A respeito do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, com base no que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, é **correto** afirmar que

- a) a declaração de estado de guerra é um dos motivos que justificam a decretação do Estado de Defesa.
- b) preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por calamidades de grandes proporções na natureza são motivos que justificam a decretação do Estado de Sítio.
- c) a ocorrência de fatos que comprovem a ineeficácia de medida tomada durante o Estado de Sítio justifica a decretação do Estado de Defesa.
- d) tanto no Estado de Sítio quanto no Estado de Defesa o Congresso continuará em funcionamento até o término das medidas coercitivas.
- e) não há o que se falar em responsabilização por ilícitos cometidos pelos executores ou agentes dos Estados de Sítio e de Defesa praticados durante a sua vigência.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/841600

Questão 7: CEBRASPE (CESPE) - JE TJSC/TJ SC/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A respeito da organização dos poderes e da defesa do estado e das instituições democráticas, assinale a opção **correta**.

- a) É viável o controle judicial da legalidade dos atos praticados por agentes públicos na vigência de estado de sítio.
- b) Durante o estado de sítio, imunidades de deputados e senadores só podem ser suspensas por voto da maioria absoluta da respectiva casa, nos casos de atos incompatíveis com a execução da medida.
- c) Compete ao Conselho da República opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.
- d) O estado de sítio somente poderá ser decretado quando presente a declaração do estado de guerra ou diante de ineeficácia das medidas tomadas durante o estado de defesa.
- e) O estado de defesa poderá ser decretado apenas após a deliberação da maioria absoluta do Congresso Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/852297

Questão 8: FUNDEP - DP MG/DPE MG/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Em relação ao sistema constitucional brasileiro de defesa do estado e das instituições democráticas, é correto afirmar:

- a) No caso de cessar o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos atos cometidos por seus executores ou agentes.
- b) Na vigência do estado da defesa, admite-se, em prol da segurança pública, a incomunicabilidade do preso.
- c) Na vigência do estado de sítio por comoção grave de repercussão nacional, admite-se a suspensão do direito de reunião.
- d) Na vigência do estado de defesa, admite-se ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/873130

Questão 9: IESES - NeR (TJ SC)/TJ SC/Provimento/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Sobre a Defesa de Estado e das Instituições Democráticas, no que se refere ao Estado de Defesa é correto afirmar que:

- a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) Dentre as medidas coercitivas a vigorarem durante o Estado de Defesa estão: as restrições aos direitos de: reunião, ainda que exercida no seio das associações; sigilo de correspondência; sigilo de comunicação telegráfica e telefônica; e sigilo de operações financeiras.
- c) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por greve e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- d) Dentre as medidas coercitivas a vigorarem durante o Estado de Defesa estão: as restrições aos direitos de: reunião, ainda que exercida no seio das associações; sigilo de correspondência; sigilo de comunicação telegráfica, telefônica e de mensagens; e sigilo bancário.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/887013

Questão 10: IESES - NeR (TJ SC)/TJ SC/Remoção/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Sobre a Defesa de Estado e das Instituições Democráticas, no que se refere ao Estado de Defesa é correto afirmar que:

- a) Dentre as medidas coercitivas a vigorarem durante o Estado de Defesa temos a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos e privados, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.
- b) Dentre as medidas coercitivas a vigorarem durante o Estado de Defesa temos a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, não respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.
- c) Dentre as medidas coercitivas a vigorarem durante o Estado de Defesa temos a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos e privados, na hipótese de calamidade pública, não respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.
- d) Dentre as medidas coercitivas a vigorarem durante o Estado de Defesa temos a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/888211

Questão 11: FUNDEP - Adv (CAU MG)/CAU MG/2019**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Para a reestruturação da ordem e momentos excepcionais de anormalidade, a Constituição Federal prevê a aplicação do estado de defesa e estado de sítio.

A respeito de tais medidas, que objetivam o retorno ao *status quo ante*, assinale a alternativa correta.

- a) No estado de sítio, o presidente da República verifica a hipótese legal, solicita pareceres dos Conselhos da República e de Defesa Nacional e, com os pareceres, solicita ao Congresso Nacional autorização para a decretação do estado de sítio.
- b) A atribuição para decretação do estado de defesa é do presidente da República, abrangendo locais restritos e determinados, no prazo máximo de 30 dias, prorrogado por mais 30 dias, de cada vez.
- c) Com a decretação do estado de defesa, poderão ser restrinhas, em tese, todas as garantias constitucionais, desde que presentes a necessidade de efetivação da medida, a deliberação prévia do Congresso Nacional e a previsão no decreto presidencial.
- d) O decreto que institui o estado de sítio determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas que entrarão em vigor.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/894544**Questão 12:** Com. Exam. (MPE GO) - Estag (MPE GO)/MPE GO/Direito/2019**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)Aponte a alternativa **correta**:

- a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de sítio nos caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.
- b) Decretado o estado de sítio ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria de dois terços.
- c) Na vigência do estado de sítio decretado em razão de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, as pessoas poderão ser obrigadas a permanecer em localidade determinada.
- d) Na vigência do estado de defesa é permitida a incomunicabilidade do preso, por no máximo, dez dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/942036**Questão 13:** IDIB - GM (Petrolina)/Pref Petrolina/2019**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Sobre a defesa do Estado e das Instituições Democráticas, analise os itens a seguir:

- I.** O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.
- II.** Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.
- III.** A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

Analizados os itens, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Apenas o item **I** está correto.
- b) Apenas o item **II** está correto.
- c) Apenas o item **III** está correto.
- d) Apenas os itens **I** e **II** estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/957417**Questão 14:** Com. Exam. (MPE SC) - PJ (MPE SC)/MPE SC/2019**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Para a decretação do estado de sítio, ao contrário do que ocorre com o estado de defesa, deverá haver prévia solicitação do Presidente da República de autorização do Congresso Nacional, que se manifestará pela maioria relativa de seus membros.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/981894**Questão 15:** Com. Exam. (MPE SC) - PJ (MPE SC)/MPE SC/2019**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Decretado o estado de defesa pelo Presidente da República, a mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/981898**Questão 16:** FGV - OAB UNI NAC/OAB/Exame Anual 3/2019**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

As chuvas torrenciais que assolaram as regiões Norte e Nordeste do país resultaram na paralisação de serviços públicos essenciais ligados às áreas de saúde, educação e segurança. Além disso, diversos moradores foram desalojados de suas residências, e o suprimento de alimentos e remédios ficou prejudicado em decorrência dos alagamentos.

O Presidente da República, uma vez constatado o estado de calamidade pública de grande proporção, decretou estado de defesa. Dentre as medidas coercitivas adotadas com o propósito de restabelecer a ordem pública estava o uso temporário de ambulâncias e viaturas pertencentes ao Município Alfa.

Diante do caso hipotético narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A fundamentação empregada pelo Presidente da República para decretar o estado de defesa viola a Constituição de 1988, porque esta exige, para tal finalidade, a declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- b) Embora seja admitida a decretação do estado de defesa para restabelecer a ordem pública em locais atingidos por calamidades de grandes proporções da natureza, não pode o Presidente da República, durante a vigência do período de exceção, determinar o uso temporário de bens pertencentes a outros entes da federação.
- c) O estado de defesa, no caso em comento, viola o texto constitucional, porque apenas poderia vir a ser decretado pelo Presidente da República caso constatada a ineeficácia de medidas adotadas durante o estado de sítio.
- d) A União pode determinar a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos, respondendo pelos danos e custos decorrentes, porque a necessidade de restabelecer a ordem pública em locais atingidos por calamidades de grandes proporções da natureza é fundamento idôneo para o estado de defesa.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/1017687

Questão 17: CONSULPAM - FTrib (Pref Resende)/Pref Resende/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Marque o item, no qual todos os termos são exceções ao Princípio da Legalidade:

- a) Decreto e Portaria.
- b) Decreto e Medida Provisória.
- c) Lei e Estado de Defesa.
- d) Medida Provisória e Estado de Sítio.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/1030984

Questão 18: CEBRASPE (CESPE) - Proc (TCE-RO)/TCE-RO/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Estado de sítio e estado de defesa são medidas constitucionais que se prestam a restaurar a normalidade institucional do país. Nesse contexto, constitui característica comum a ambas as medidas a

- a) vedação à decretação da medida em todo o território nacional.
- b) subordinação da medida à aprovação prévia do Congresso Nacional.
- c) sujeição da medida à fiscalização por comissão do Congresso Nacional.
- d) possibilidade de detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- e) titularidade exclusiva do Conselho de Defesa Nacional para a decretação.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/1036269

Questão 19: FCC - Ass TD (DPE AM)/DPE AM/Assistente Técnico Administrativo/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com a Constituição da República, para preservar, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou paz social atingida por calamidades de grandes proporções na natureza, o

- a) Congresso Nacional, a pedido do governador do Estado atingido e ouvido o Ministério Públíco Federal, poderá decretar a intervenção federal.
- b) Presidente da República, ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de defesa.
- c) Congresso Nacional poderá decretar, a pedido do Presidente da República e autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, estado de sítio.
- d) Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de calamidade pública.
- e) Conselho de Proteção Nacional, por solicitação dos Prefeitos e Governadores das regiões atingidas, poderá decretar estado de emergência.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/1074320

Questão 20: CEBRASPE (CESPE) - JE TJPA/TJ PA/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que se refere ao estado de defesa e ao estado de sítio, julgue os itens a seguir.

- I** O Senado Federal pode suspender o estado de defesa, mas não pode suspender o estado de sítio.
- II** O estado de defesa, decretado pelo presidente da República, deve ser aprovado pelo Congresso Nacional.
- III** O presidente da República deve solicitar ao Congresso Nacional a autorização para decretar o estado de sítio.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item **I** está certo.
- b) Apenas o item **II** está certo.
- c) Apenas os itens **I** e **III** estão certos.
- d) Apenas os itens **II** e **III** estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/1083914

Questão 21: FUNDEP - PJ (MPE MG)/MPE MG/2019

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a opção **correta**, segundo a Constituição de 1988:

- a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineeficácia de medida tomada durante o estado de defesa.
- b) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, sem autorização do Congresso Nacional, decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineeficácia de medida tomada durante o estado de defesa.
- c) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar o estado de sítio nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

- d) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, sem autorização do Congresso Nacional, decretar o estado de sítio nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1148979**Questão 22:** DIRENS Aeronáutica - EAGS (EEAR)/EEAR/Administração/2019**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta uma possibilidade de decretação do Estado de Defesa.

- a) Calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) Comoção grave de repercussão nacional.
- c) Resposta à agressão armada estrangeira.
- d) Declaração de estado de guerra.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1231666**Questão 23:** CEBRASPE (CESPE) - JE TJPA/TJ PA/2019**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A competência para aprovar o estado de defesa é exclusiva do

- a) presidente da República.
- b) Senado Federal.
- c) Congresso Nacional.
- d) Conselho da República.
- e) Conselho da Defesa Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1351291**Questão 24:** VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa nas seguintes hipóteses:

- a) para restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidade de grandes proporções da natureza.
- b) para restabelecer a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional, e no caso da ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.
- c) no caso de declaração de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- d) no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineeficácia de medida tomada durante o estado de sítio.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/291483**Questão 25:** VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)A respeito do estado de sítio, é **correto** afirmar que

- a) deve o Presidente da República solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar ou prorrogar o estado de sítio, com a exposição dos motivos determinantes do pedido, por prazo inicial de trinta dias, cabendo ao Congresso Nacional decidir por maioria simples.
- b) pode ser decretado no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineeficácia de medida tomada durante o estado de defesa ou no caso de declaração e guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- c) pode o Presidente da República decretar o estado de sítio, ouvidos previamente o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- d) é decretado por prazo indeterminado e o seu decreto indicará as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais, que ficarão suspensas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/600054**Questão 26:** CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Acerca do sistema constitucional de defesa do Estado e das instituições democráticas em tempos de crises, assinale a opção correta.

- a) É competência exclusiva do Congresso Nacional a decretação e a suspensão do estado de defesa ou do estado de sítio.
- b) Instaura-se o estado de sítio em caso de iminente e grave instabilidade institucional que ameace a ordem pública em determinado local.
- c) Na vigência do estado de sítio decretado em decorrência de comprovada a ineeficácia de medida tomada durante o estado de defesa, poderá haver restrição relativa à liberdade de imprensa.
- d) O estado de defesa vigorará pelo prazo máximo de trinta dias, podendo ser prorrogado por novos períodos de até trinta dias, quantas vezes forem necessárias.
- e) O estado de defesa visa preservar a localidade em caso de resposta a agressão armada estrangeira.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/613537**Questão 27:** CEBRASPE (CESPE) - OI (ABIN)/ABIN/Área 1/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Julgue o item que se segue, relativo ao Poder Legislativo e à defesa do Estado e das instituições democráticas.

Segundo a doutrina, o estado de sítio deve estar embasado no princípio fundante da necessidade.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/615347**Questão 28:** CEBRASPE (CESPE) - OI (ABIN)/ABIN/Área 1/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Julgue o item que se segue, relativo ao Poder Legislativo e à defesa do Estado e das instituições democráticas.

Durante o estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso pelo prazo de até dez dias.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/615352

Questão 29: VUNESP - Deleg (PC BA)/PC BA/2018

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a alternativa que **corretamente** trata do sistema constitucional de crises.

- a) Na hipótese extrema do estado de defesa, quando medidas enérgicas devem ser tomadas para preservar a ordem pública, o preso pode ficar, excepcionalmente, incomunicável.
- b) O Estado de Sítio pode ser defensivo, tendo como pressuposto material a ocorrência de uma comoção grave, cuja repercussão é nacional e que não pode ser debelada com os instrumentos normais de segurança.
- c) Logo que cesse o Estado de Defesa ou o Estado de Sítio, as medidas aplicadas em sua vigência pelo Presidente da República serão relatadas em mensagem ao Supremo Tribunal Federal, pois cumpre ao Judiciário controle de legalidade dos atos praticados.
- d) Cessado o Estado de Sítio, cessam imediatamente seus efeitos, de modo que os atos coercitivos autorizados em decreto, executados pelos delegados do Presidente da República, são imunes ao controle judicial.
- e) Os pareceres emitidos pelos Conselhos da República e de Defesa Nacional não são vinculantes, cabendo a decretação do estado de defesa ao Presidente da República, que expedirá decreto estabelecendo a duração da medida.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/626571

Questão 30: IESES - NeR (TJ AM)/TJ AM/Remoção/2018

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A fim de preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza o presidente da República pode decretar o chamado:

- a) Estado de necessidade.
- b) Estado de exceção.
- c) Estado de defesa.
- d) Estado de sítio.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/637247

Questão 31: FGV - OAB UNI NAC/OAB/Exame Anual 2/2018

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Durante ato de protesto político, realizado na praça central do Município Alfa, os manifestantes, inflamados por grupos oposicionistas, começam a depredar órgãos públicos locais, bem como invadem e saqueiam estabelecimentos comerciais, situação que foge do controle das forças de segurança. Diante do quadro de evidente instabilidade social, o Presidente da República, por Decreto, institui o estado de defesa no Município Alfa por prazo indeterminado, até que seja restaurada a ordem pública e a paz social. No Decreto, ainda são fixadas restrições aos direitos de reunião e ao sigilo de correspondência e comunicação telefônica.

Acerca do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) Durante o estado de defesa, podem ser estabelecidas restrições aos direitos de reunião e ao sigilo de correspondência e comunicação telefônica, mas o referido decreto não poderia estender-se por prazo indeterminado, estando em desconformidade com a ordem constitucional.
- b) Ao decretar a medida, o Chefe do Poder Executivo não poderia adotar medidas de restrição ao sigilo de correspondência e comunicação telefônica, o que denota que o decreto é materialmente inconstitucional.
- c) O decreto é formalmente inconstitucional, porque o Presidente da República somente poderia decretar medida tão drástica mediante lei previamente aprovada em ambas as casas do Congresso Nacional.
- d) O decreto presidencial, na forma enunciada, não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, sendo assegurada, pelo texto constitucional, a possibilidade de o Presidente da República determinar, por prazo indeterminado, restrições aos referidos direitos.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/661837

Questão 32: IADES - Sold (PM DF)/PM DF/Combatente/2018

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Quanto à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa correta

- a) Na vigência de estado de sítio, não poderão ser adotadas contra as pessoas restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, de radiodifusão e de televisão, inclusive em relação à difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados nas respectivas casas legislativas.
- b) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo da respectiva duração, sendo dispensável a especificação das áreas abrangidas, uma vez que se trata de medida emergencial.
- c) Ao solicitar autorização para decretar estado de sítio ou a respectiva prorrogação, o presidente da República declinará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.
- d) Caso seja solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de imediato, convocarão extraordinariamente as respectivas casas legislativas para se reunirem dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- e) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a 180 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a respectiva decretação.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/662111

Questão 33: FUNRIO - Proc (ALERR)/ALERR/2018

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Diante de uma grave instabilidade institucional ocorrida em um estado da federação, o Presidente da República decidiu por decretar o estado de sítio para prontamente restabelecer a ordem constitucional que foi atacada. Tendo cumprido as formalidades para a decretação do ato, o Presidente determinou a restrição quanto à liberdade de imprensa, retirando o poder de livre comunicação jornalística.

Tendo sido procurado para analisar essa decisão tomada pelo Presidente da República, você a classificaria como medida

- a) inconstitucional, pois a instabilidade institucional não é causa para a decretação do estado de sítio.
- b) constitucional, já que as formalidades do ato foram cumpridas e o Presidente pode restringir a liberdade de imprensa, no caso de decretação do estado de sítio.
- c) inconstitucional, porque apesar das formalidades terem sido cumpridas, descabe o constrangimento à liberdade de comunicação jornalística.
- d) constitucional, porque tendo o Presidente o poder para decretar o estado de sítio, medida excepcional, também terá o poder de estabelecer qualquer tipo de restrição, inclusive quanto à liberdade de imprensa.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/671022**Questão 34:** VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Suponha que o Presidente da República, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa para restabelecer a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional no local X.

Nesse caso, é certo assinalar que

- a) o direito de reunião poderá ser restringido, excetuando-se naquelas exercidas no seio das associações.
- b) o estado de defesa poderá ser instituído pelo prazo máximo de 45 dias, prorrogado uma única vez por mais 45 dias.
- c) o decreto poderá restringir tanto o sigilo de comunicação telegráfica como telefônica.
- d) o decreto que instituir o estado de defesa poderá se dar por prazo indeterminado em casos de grave violação da ordem pública.
- e) na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a 30 dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/672065**Questão 35:** CEBRASPE (CESPE) - PCF/PF/Área 1/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Um estado da Federação foi atingido por fortes chuvas, que inundaram diversos centros comerciais, vias e prédios públicos e áreas de lazer, além de ter causado desabamentos. Diante dessa calamidade natural de grandes proporções, o poder público adotou medidas institucionais a fim de restabelecer a ordem pública.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

O presidente da República, desde que autorizado pelo Congresso Nacional, poderá decretar estado de defesa no referido estado, devendo indicar no instrumento normativo o tempo de duração da medida, bem como especificar as áreas a serem abrangidas e indicar as medidas coercitivas que devam vigorar.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/684346**Questão 36:** CEBRASPE (CESPE) - PCF/PF/Área 1/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Um estado da Federação foi atingido por fortes chuvas, que inundaram diversos centros comerciais, vias e prédios públicos e áreas de lazer, além de ter causado desabamentos. Diante dessa calamidade natural de grandes proporções, o poder público adotou medidas institucionais a fim de restabelecer a ordem pública.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Na hipótese de ter sido decretado estado de defesa no âmbito do referido estado, agentes públicos que tenham cometido atos ilícitos durante a situação de exceção serão eximidos de quaisquer responsabilidades, mesmo após cessarem os efeitos da medida.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/684347**Questão 37:** CEBRASPE (CESPE) - APF/PF/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que se refere à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item a seguir.

O direito ao sigilo de correspondência é constitucionalmente previsto, mas poderá ser restringido nas hipóteses de estado de defesa e de estado de sítio.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/686166**Questão 38:** CEBRASPE (CESPE) - APF/PF/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que se refere à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item a seguir.

Na vigência do estado de defesa, é legal a prisão de indivíduo por até trinta dias, independentemente de autorização do Poder Judiciário.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/686167**Questão 39:** IBADE - Sarg (CBM PB)/CBM PB/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Quanto ao Estado de Defesa e de Sítio previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que o:

- a) estado de sítio pode ser decretado pelo Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, independe de autorização do Congresso Nacional.

- b) decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificando as áreas a serem abrangidas e indicará as medidas coercitivas a vigorarem, como, por exemplo, restrição ao direito de reunião.
- c) Presidente do Congresso é quem possui competência constitucional, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para decretar estado de defesa.
- d) estado de sítio não poderá, em nenhuma hipótese, ser decretado por mais de 30 dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/692689**Questão 40:** CEFETBAHIA - PJ (MPE BA)/MPE BA/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Sobre a defesa do estado e das instituições democráticas, responda:

- I** - Para a decretação do estado de defesa e do estado de sítio, a Constituição Federal exige a prévia manifestação – que possui caráter meramente consultivo – dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.
- II** - Durante o estado de sítio, as imunidades dos membros do Congresso Nacional podem ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- III** - Cabe ao Congresso Nacional, por maioria absoluta, autorizar a decretação do estado de defesa.
- IV** - A Constituição Federal permite que, durante o estado de defesa, haja restrições à liberdade de imprensa, radiodifusão e comunicação.

Estão certos apenas os itens:

- a) **I** e **II**.
- b) **I** e **III**.
- c) **II** e **III**.
- d) **II** e **IV**.
- e) **III** e **IV**.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/730333**Questão 41:** CEFETBAHIA - PJ (MPE BA)/MPE BA/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)De acordo com o regramento constitucional alusivo ao estado de defesa e ao estado de sítio, é **correto** dizer que:

- a) Compete exclusivamente ao Senado Federal aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- b) A Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, exceto em matérias relacionadas à segurança nacional.
- c) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações, e ao sigilo de correspondência, dentre outras medidas coercitivas que poderão vigorar.
- d) O decreto do estado de sítio decorrente de grave comoção de repercussão nacional indicará sua duração, que não poderá ser superior a trinta dias, permitida apenas uma prorrogação por igual período.
- e) A vigência de estado de sítio permite a imposição de restrições relativas à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, inclusive no que se refere à difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, ainda que liberada pela respectiva Mesa.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/730360**Questão 42:** Instituto AOCP - Of (PM SC)/PM SC/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)Consoante às disposições contidas na Constituição Federal acerca do estado de defesa e estado de sítio, assinale a alternativa **correta**.

- a) O Presidente da República deve, ouvidos o Ministro de Estado da Defesa e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a quarenta e cinco dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- c) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- d) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- e) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/768305**Questão 43:** IBADE - Proc (CM P Velho)/CM Porto Velho/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que concerne às medidas coercitivas previstas inerentes aos direitos dos cidadãos no fluxo do Estado de Defesa. a opção correta é:

- a) Carta Constitucional de 1988 prevê a possibilidade de prisão por crime contra o Estado, externada pelo executor da medida. sendo suprimida a garantia constitucional de comunicação ao juiz competente, de modo proposto a prisão, facultado ao preso o exame de corpo delito.
- b) Decreto do Estado de Defesa, é considerado um estado legal extraordinário, devendo implementar os pressupostos constitucionais materiais e formais, e sendo posteriormente viável a aplicação da medida coercitiva da suspensão das imunidades dos parlamentares federais, desde que mediante aprovação de 2/3 dos membros da respectiva casa.
- c) Decreto do Estado de defesa exarado pelo Presidente da República, e ulteriormente submetido à aprovação do Congresso Nacional, determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem atingidas, bem como determinará intervenção nas empresas de serviços públicos.
- d) Decreto do Estado de Defesa exarado pelo Presidente da República, e ulteriormente submetido à aprovação do Congresso Nacional, não determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem atingidas, bem como implicará na requisição de bens públicos.
- e) Na vigência do Estado de Defesa, em que o fundamento constitucional é a declaração do estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. somente poderão ser adotadas as medidas coercitivas da suspensão da liberdade de reunião, bem como obrigação de permanência em localidade determinada.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/799411

Questão 44: FEPES - Proc (PGE SC)/PGE SC/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)Em relação ao sistema de defesa do Estado, é **correto** afirmar:

- a) O chamada "sistema constitucional de crises", do qual o estado de defesa e o estado de sítio são espécies, é marcado pela necessidade e temporariedade.
- b) O Presidente da República pode, ouvido apenas o Congresso Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social.
- c) Ainda que durante o estado de defesa possam ocorrer restrições a direitos, neles não se incluem os direitos de reunião e sigilo de correspondência.
- d) Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, não havendo qualquer possibilidade de apuração das responsabilidades por eventuais ilícitos cometidos por seus executores ou agentes durante o seu período.
- e) Para a decretação do estado de sítio, o Presidente da República dependerá, apenas e tão somente, da ouvida do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/802154**Questão 45:** CRS (PM MG) - Sold (PM MG)/PM MG/QPPM (Praças)"/Geral"/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Assim, na vigência do estado de defesa previsto na CRFB/88, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Não há necessidade de comunicar o estado físico e mental do detido por crime contra o Estado, no momento de sua autuação.
- b) A prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- c) A prisão ou detenção de qualquer pessoa poderá ser superior a dez dias, independente de autorização do Poder Judiciário.
- d) É autorizada a incomunicabilidade do preso.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/807152**Questão 46:** FAFIPA - ALeg I (CM F Iguaçu)/CM Foz do Iguaçu/2018**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

As hipóteses em que se poderá decretar o estado de defesa estão, de forma taxativa, previstas no artigo 136, caput, da Constituição Federal de 1988. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa que **NÃO** é considerada uma hipótese para decretação de Estado de Defesa:

- a) Para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e indeterminados, a ordem pública.
- b) Para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional.
- c) Para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional.
- d) Para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública em localidades atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1054228**Questão 47:** FUNRIO - Sold (PM GO)/PM GO/2017**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)NÃO constitui uma medida cabível na vigência do estado de sítio, a

- a) detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- b) suspensão da liberdade de reunião.
- c) restrição da liberdade de imprensa.
- d) busca e apreensão, exceto em domicílio.
- e) requisição de bens.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/443262**Questão 48:** FUNRIO - Sold (PM GO)/PM GO/2017**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)É **CORRETO** afirmar, durante a vigência do estado de defesa, que

- a) a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, não poderá ser relaxada.
- b) a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a cinco dias.
- c) é vedada a incomunicabilidade do preso.
- d) não pode haver restrição ao sigilo de correspondência.
- e) pode haver restrições ao direito de reunião, ressalvadas, porém, as associações.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/443263**Questão 49:** CEBRASPE (CESPE) - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com relação ao estado de defesa, assinale a opção correta.

- a) A prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, ficando a autoridade policial dispensada de apresentar o exame de corpo de delito do detido.
- b) O estado de defesa poderá ser instituído por decreto que especifique as áreas a serem abrangidas e as medidas coercitivas a vigorarem, a exemplo de restrições de direitos e ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos.
- c) O tempo de duração do estado de defesa não poderá ser prorrogado.
- d) O sigilo de correspondência e de comunicação telefônica permanecem invioláveis na vigência do estado de defesa.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/503700**Questão 50:** Instituto AOCP - Asses (CM Maringá)/CM Maringá/Legislativo/2017**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Em consonância com a previsão constitucional sobre a "Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- b) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- c) A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta por cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.
- d) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de dois dias, a fim de apreciar o ato.
- e) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/510173

Questão 51: Instituto AOCP - Ag Pen (SEJUS CE)/SEJUS CE/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a alternativa **correta** acerca do estado de defesa e do estado de sítio, conforme disposto na Constituição Federal.

- a) O Presidente da República pode decretar estado de defesa por tempo indeterminado.
- b) Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado só pode ser determinada pelo juiz competente.
- c) O Presidente da República pode, independentemente de autorização do Congresso, decretar o estado de sítio.
- d) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/536911

Questão 52: FCC - Del Pol (PC AP)/PC AP/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Ao disciplinar a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, a Constituição Federal prescreve que

- a) o estado de sítio e o estado de defesa podem ser decretados pelo Presidente da República, desde que previamente autorizados pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta dos membros de cada Casa Legislativa.
- b) o estado de sítio pode ser decretado para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- c) o decreto que instituir o estado de defesa deve, dentre outros requisitos, especificar as medidas coercitivas que vigorarão no período de sua vigência, dentre as quais são admissíveis restrições aos direitos de sigilo de correspondência, de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica e de reunião.
- d) o estado de sítio é uma limitação circunstancial ao poder constituinte reformador, uma vez que a Constituição Federal não pode ser emendada durante sua vigência, ao contrário do estado de defesa, que não impede a aprovação de emendas constitucionais no período.
- e) o decreto que instituir o estado de sítio deve indicar as garantias constitucionais que ficarão suspensas no período de sua vigência, sendo vedado, contudo, o estabelecimento de restrições relativas à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/547584

Questão 53: CEBRASPE (CESPE) - Sold (PM AL)/PM AL/Combatente/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que concerne à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item que se segue.

A decretação, pelo presidente da República, tanto do estado de defesa como do estado de sítio depende de autorização do Congresso Nacional.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/552273

Questão 54: CEBRASPE (CESPE) - Sold (PM AL)/PM AL/Combatente/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que concerne à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item que se segue.

A decretação do estado de defesa, medida que visa preservar ou restabelecer a ordem pública e a paz social, exige consulta prévia ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional, os quais se manifestam em caráter meramente opinativo.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/552275

Questão 55: CEBRASPE (CESPE) - DP AL/DPE AL/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Devido à ocorrência de calamidade natural de grandes proporções em determinado município, o presidente da República, após consultar exclusivamente o Conselho da República e o Conselho Nacional, decretou o estado de defesa naquela localidade.

Com base nessa situação hipotética e considerando as normas previstas na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- a) As medidas coercitivas previstas na CF para aplicação em casos como esse incluem a ocupação e o uso temporário de bens e serviços.
- b) O tempo de duração do estado de defesa não poderá ser superior a noventa dias, sendo vedada a sua prorrogação.
- c) Se houver fatos que comprovem a ineficácia das medidas tomadas durante o estado de defesa, este será automaticamente convertido em estado de sítio.
- d) Durante o estado de defesa, o controle das prisões será político, exercido pelo Congresso Nacional, e judicial, exercido pelo STF.
- e) O decreto presidencial é inconstitucional, uma vez que não houve autorização prévia do Congresso Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/561151

Questão 56: CRS (PM MG) - Sold (PM MG)/PM MG/QPPM (Praças)"/Geral"/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Nas assertivas abaixo, marque "V" se for verdadeira ou "F" se for falsa, de acordo com o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil/1988. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas **CORRETA**:

- () Durante a vigência do estado de defesa permite-se a incomunicabilidade do preso por crime contra o Estado.
- () Após decretado o estado de sítio o Congresso Nacional permanecerá fechado por trinta dias.
- () Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.
- () O militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.
- () As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

- a) V, F, F, F, V.
- b) F, F, V, V, V.
- c) F, F, V, V, F.
- d) V, V, F, F, V.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/656305

Questão 57: QUADRIX - Fisc RC (PROCON GO)/PROCON GO/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Acerca dos estados de defesa e de sítio, assinale a alternativa correta.

- a) Ambos possuem características de temporariedade e necessidade.
- b) No estado de sítio, não poderá haver restrição aos direitos fundamentais dos cidadãos.
- c) O estado de defesa poderá ser decretado em casos de guerra.
- d) O estado de sítio poderá ser decretado para preservar a paz social em casos de calamidade.
- e) No estado de sítio, poderá haver ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos em casos de calamidade pública.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/683450

Questão 58: IOBV - Of (PM SC)/PM SC/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

É facultado ao Presidente da República, após ouvidos o Conselho da República e o Conselho da Defesa nacional, decretar estado de defesa, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional. O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

- a) Ocupação e uso temporário de bens particulares, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.
- b) Interrupção de comunicações telegráficas e telefônicas.
- c) Toque de recolher coercitivo, a partir das 22 horas.
- d) Interrupção das atividades do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- e) Restrições ao direito de reunião, mesmo que exercida no seio das associações.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/716930

Questão 59: Legalle - Estag (MPE GO)/MPE GO/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Presidente da República pode decretar estado de defesa, com objetivo de preservação ou pronto reestabelecimento da ordem pública ou paz social em situações específicas, se ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. Qual das alternativas apresenta uma informação incorreta com relação ao estado de defesa?

- a) Pode haver restrições aos direitos de sigilo de correspondência.
- b) A prisão de qualquer pessoa, salvo autorizado pelo Poder Judiciário, não pode exceder dez dias.
- c) O estado de defesa pode ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, após os primeiros sessenta dias, desde que o motivo persista.
- d) Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.
- e) Rejeitado o decreto de instauração do estado de defesa, ele é cessado imediatamente.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/778307

Questão 60: DIRENS Aeronáutica - EAOAp (CIAAR)/CIAAR/Serviços Jurídicos/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com o art. 136 da CF/88, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente reestabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Com relação ao que está disposto na Constituição Federal durante a vigência do estado de defesa, é correto afirmar que a

- a) comunicação do preso não é permitida, dado o momento peculiar atribuído ao Estado de Defesa.
- b) prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- c) comunicação da prisão será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.
- d) prisão por qualquer crime, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao delegado competente, que a relaxará, se não for legal.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/816514

Questão 61: IAUPE - Sold (CBM PE)/CBM PE/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Na vigência do estado de defesa,

- I. se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.

II. o Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

III. a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

IV. a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- a) **I e II**, somente.
- b) **I, II e IV**, somente.
- c) **II e III**, somente.
- d) **III e IV**, somente.
- e) **I, II, III e IV**.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/844797

Questão 62: IAUPE - Sold (CBM PE)/CBM PE/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Analise as afirmativas a seguir:

I. O tempo de duração do estado de defesa não será superior a sessenta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

II. Na vigência do estado de defesa, não poderá haver restrições ao direito de sigilo de correspondência.

III. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

IV. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento em comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, a pessoa pode sofrer detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- a) **I e III**, somente.
- b) **I e IV**, somente.
- c) **II e III**, somente.
- d) **III e IV**, somente.
- e) **I, II, III e IV**.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/844798

Questão 63: FUNDATEC - Proc Leg (CM Viamão)/CM Viamão/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Estado de Sítio:

- a) Será decretado pelo Presidente da República, mediante Emenda Constitucional.
- b) Será decretado pelo Presidente da República, mas dependerá, para a sua entrada em vigor, de referendo do Congresso Nacional.
- c) Somente poderá ser decretado após o decurso do prazo que instituiu o Estado de Defesa, que lhe é precedente necessário.
- d) Será instituído por decreto que indicará o seu tempo de duração.
- e) Não poderá ser decretado por prazo superior a quinze dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/907238

Questão 64: DIRENS Aeronáutica - EAGS (EEAR)/EEAR/Administração/2017

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a alternativa com enunciado **incorrecto**.

- a) O estado de defesa não poderá ser superior a trinta dias, admitida uma única prorrogação, por igual período (ou por período menor), se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- b) A decretação do estado de sítio exige prévia audiência do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, mas dispensa prévia autorização do Congresso Nacional para a sua decretação.
- c) O estado de sítio constitui medida mais grave do que o estado de defesa. Uma vez decretado, estabelece-se uma legalidade constitucional extraordinária, pois é permitida a suspensão temporária de direitos e garantias fundamentais do indivíduo, como forma de reverter a anormalidade em curso.
- d) O Presidente da República pode decretar o estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1232644

Questão 65: CONSULPLAN - NeR (TJ MG)/TJ MG/Remoção/2016

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Na vigência do estado de sítio, decretado em virtude de comoção grave de repercussão nacional, poderão ser tomadas as seguintes medidas contra as pessoas, **EXCETO**:

- a) Restrições relativas ao sigilo das comunicações.
- b) Restrições relativas à inviolabilidade das correspondências.
- c) Restrições relativas à liberdade de imprensa.
- d) Restrição à difusão autorizada pela Casa do pronunciamento de parlamentares.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/380835

Questão 66: FGV - OAB UNI NAC/OAB/Exame Anual 2/2016**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Presidente da República, cumprido todos os pressupostos constitucionais exigíveis, decreta estado de defesa no Estado membro Alfa, que foi atingido por calamidades naturais de grandes proporções, o que causou tumulto e invasões a supermercados, farmácias e outros estabelecimentos, com atingimento à ordem pública e à paz social. Mesmo após o prazo inicial de 30 dias ter sido prorrogado por igual período (mais 30 dias), ainda restava evidente a ineficácia das medidas tomadas no decorrer do citado estado de defesa.

Sem saber como proceder, a Presidência da República recorre ao seu corpo de assessoramento jurídico que, de acordo com a CRFB/88, informa que

- a) será possível, cumpridas as exigências formais, uma nova prorrogação de, no máximo, 30 dias do estado de defesa.
- b) será possível, cumpridas as exigências formais, prorrogar o estado de defesa até que seja a crise completamente debelada.
- c) será possível, cumpridas as exigências formais, decretar o estado de sítio, já que vedada nova prorrogação do estado de defesa.
- d) será obrigatoriamente decretada a intervenção federal no Estado Alfa, que possibilita a utilização de meios de ação mais contundentes do que os previstos no estado de defesa.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/383411**Questão 67:** IESES - NeR (TJ PA)/TJ PA/Remoção/2016**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Por Estado de Sítio entende-se a situação de comoção interna ou externa sofrida pelo Estado, que enseja a suspensão temporária de garantias individuais, a fim de preservar a ordem constituída, que se encontra perturbada por motivo de comoção grave de repercussão nacional ou por situação de beligerância com Estado estrangeiro. Referida situação acarreta a suspensão temporária e localizada das garantias individuais. Assinale a alternativa **INCORRETA** que não representa uma medida a ser tomada no curso do Estado de Sítio:

- a) Restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei.
- b) Detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- c) Suspensão da liberdade de reunião; intervenção nas empresas de serviços privados; requisição de bens.
- d) Obrigação de permanência em localidade determinada.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/392600**Questão 68:** FCC - Adv Jr (METRO SP)/METRO SP/2016**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Alberto, estudante de Direito, está aprendendo sobre a defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Leu na Constituição Federal que, no Brasil, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional pode, o Presidente da República,

- a) decretar o estado de sítio, ouvidos o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho Nacional de Justiça, sendo indicadas, no decreto que o instituir, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre elas a obrigação de permanência em localidade determinada, a restrição ao direito de reunião e a requisição de bens.
- b) solicitar ao Supremo Tribunal Federal autorização para decretar o estado de sítio, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, sendo indicadas, no decreto que o instituir, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre elas a busca e apreensão em domicílio, a intervenção nas empresas de serviços públicos e a requisição de bens.
- c) solicitar ao Congresso Nacional prévia autorização para decretar o estado de defesa, ouvidos o Conselho de Política e de Administração e ao Conselho de Justiça, sendo indicadas, no decreto que o instituir, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre elas a obrigação de permanência em localidade determinada, a detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns e a suspensão da liberdade de reunião.
- d) decretar o estado de sítio, ouvidos o Conselho Nacional de Justiça e o Congresso Nacional, sendo indicadas, no decreto que o instituir, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre elas a intervenção nas empresas de serviços públicos e a requisição de bens.
- e) decretar estado de defesa, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, contendo o decreto que o instituir, entre outras indicações, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre elas a restrição aos direitos de reunião e sigilo de correspondência.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/428643**Questão 69:** COMPERVE (UFRN) - GLM (CM Natal)/CM Natal/2016**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com o exposto na Constituição Federal de 1988, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Diante disso, na vigência do estado de defesa, a Constituição determina que

- a) pode haver restrições ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- b) é impossível se estabelecer restrições aos direitos de reunião.
- c) a prisão ou detenção de qualquer pessoa poderá ser superior a dez dias.
- d) é permitida a incomunicabilidade do preso.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/444253**Questão 70:** FADESP - Alun Of (PM PA)/PM PA/2016**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A Defesa do Estado e das instituições democráticas configuram o sistema de emergência constitucional. Neste sentido, podemos afirmar que

- a) a Lei Marcial foi adotada na Constituição brasileira de 1988 por influência do sistema da *common law*.
- b) o Decreto do Estado de Sítio, editado pelo Presidente da República, permite a suspensão temporária das garantias constitucionais.
- c) o Estado de Defesa é acionado como resposta à agressão armada estrangeira.
- d) o Estado de Sítio decorre apenas da conversão do Estado de Defesa que tenha se mostrado ineficaz.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/745892**Questão 71:** DIRENS Aeronáutica - EAOAp (CIAAR)/CIAAR/Serviços Jurídicos/2016**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A decretação do estado de defesa, de incumbência do chefe do executivo, se dedica a preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza, é medida aplicável ao instituto, **exceto**:

- a) Vedação ao direito de reunião.
- b) Incomunicabilidade dos presos.
- c) Quebra de sigilo da correspondência.
- d) Emissão de justificativa ao Congresso Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/817281**Questão 72:** DIRENS Aeronáutica - EAGS (EEAR)/EEAR/Administração/2016**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Segurança Nacional, decretar estado de defesa. Marque V para verdadeiro ou F para falso nas afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O estado de defesa será decretado para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidos por calamidades de grandes proporções na natureza.
- () O tempo de duração do estado de defesa não será superior a quarenta e cinco dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- () Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não pode ser superior a trinta dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- () Na vigência do estado de defesa é vedada a incomunicabilidade do preso.

- a) V – V – F – F
- b) F – F – V – V
- c) V – V – V – F
- d) V – F – F – V

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1231740**Questão 73:** FUNIVERSA - Ag SgPe (DGAP GO)/DGAP GO/2015**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A respeito do estado de sítio, assinale a alternativa correta.

- a) As imunidades de deputados ou senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- b) O Congresso Nacional decidirá sobre a solicitação do presidente da República para decretar estado de sítio por meio de maioria relativa.
- c) No estado de sítio, não se admite a suspensão da liberdade de reunião.
- d) A difusão de pronunciamentos de parlamentares inclui-se na restrição à liberdade de expressão imposta aos cidadãos, quando assim previsto expressamente no decreto do estado de sítio.
- e) O estado de sítio poderá ser decretado, inicialmente, por 120 dias, na hipótese de comoção grave de repercussão nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/257107**Questão 74:** SMA-RJ (antiga FJG) - Cons Leg (CM RJ)/CM RJ/Indústria, Comércio e Turismo/2015**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, na vigência do Estado de Defesa, é:

- a) vedada a prisão superior a 5 (cinco) dias
- b) permitida a incomunicabilidade do preso
- c) vedada a detenção de qualquer pessoa
- d) vedada a incomunicabilidade do preso

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/301850**Questão 75:** CEBRASPE (CESPE) - Aud (TCE-RN)/TCE-RN/2015**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas, do sistema tributário nacional e das finanças públicas, julgue o próximo item.

A decretação de estado de sítio pode importar na restrição de direitos fundamentais como o direito de reunião, de propriedade e de inviolabilidade da correspondência.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/312297**Questão 76:** FCC - JE TJSE/TJ SE/2015**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Na hipótese de o Presidente da República decretar, no mês de janeiro, estado de exceção em determinada região do país, em função de ameaças à ordem pública e paz social decorrentes de desastres provocados pelas chuvas torrenciais do início do ano, sem que tenha havido anterior decreto de exceção pelo mesmo fato, deverá o

- a) Congresso Nacional ser convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias, pelo Presidente do Senado Federal, para decidir, por maioria absoluta, sobre o estado de defesa.
- b) Congresso Nacional ser convocado, extraordinariamente, no prazo de vinte e quatro horas, pelo Presidente da República, para decidir, por maioria absoluta, sobre o estado de defesa.
- c) Presidente da República submeter o ato, no prazo de cinco dias, ao Congresso Nacional, para que este decida, por maioria qualificada, sobre o estado de defesa.
- d) Presidente da República submeter o ato, no prazo de vinte e quatro horas, ao Congresso Nacional, para que este decida, por maioria absoluta, sobre o estado de sítio.
- e) Presidente do Senado Federal, no prazo de vinte e quatro horas, convocar o Congresso Nacional, para que este decida, pelo voto de dois terços de seus membros, sobre o estado de sítio.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/331130**Questão 77:** FCC - JE TJPI/TJ PI/2015

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O estado de sítio

- a) será objeto de controle *a posteriori* pelo Congresso Nacional, com base em mensagem enviada pelo Presidente da República, na qual serão especificadas as medidas adotadas e os sujeitos atingidos.
- b) não poderá ser decretado por tempo indeterminado, mas sim por no máximo trinta dias, prorrogáveis, de cada vez, por até trinta dias.
- c) somente poderá ser decretado mediante a autorização do Conselho da República e do Conselho de Segurança Nacional.
- d) surtirá efeitos provisórios, quando decretado no recesso parlamentar, até que sobre ele delibere o Congresso Nacional no retorno a suas atividades.
- e) será fiscalizado por meio de comissão composta por cinco parlamentares de cada uma das casas do Congresso Nacional, indicados pelas respectivas mesas.

Esta questão possui comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/373659**Questão 78:** CONSULPLAN - GM (BH)/Pref BH/Classe Especial/2015**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Título II da Constituição de 1988 estabelece direitos e garantias fundamentais que possuem fundamental importância no ordenamento jurídico brasileiro. Em contrapartida, a Carta Magna também prevê casos excepcionais onde tais garantias podem ser suspensas por ato do Chefe do Poder Executivo, tal qual o estado de sítio.

São hipóteses em que poderá ser decretado tal estado, EXCETO:

- a) Declaração de estado de guerra.
- b) Resposta a agressão armada estrangeira.
- c) Comoção grave de repercussão nacional.
- d) Ocorrência de calamidades de grandes proporções na natureza em locais restritos e determinados, que venham a ameaçar a ordem pública ou a paz social.

Esta questão possui comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/383592**Questão 79:** Com. Exam. (MPT) - Proc (MPT)/MPT/2015**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Examine as seguintes assertivas acerca do estado de defesa e do estado de sítio:

- 1) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- 2) No caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineeficácia de medida tomada durante estado de defesa, o decreto de estado de sítio poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- 3) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de dez dias, a fim de apreciar o ato.
- 4) A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e estado de sítio.

Marque a resposta **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas 1 e 2 estão corretas;
- b) apenas as assertivas 2 e 4 estão corretas;
- c) apenas as assertivas 2 e 3 estão corretas;
- d) apenas as assertivas 1 e 4 estão corretas.
- e) Não respondida.

Esta questão possui comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/402501**Questão 80:** INCAB (ex-FUNCAB) - Per (PC AC)/PC AC/Criminal/Qualquer área de formação/2015**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)Em relação ao estado de defesa e ao estado de sítio, a alternativa **INCORRETA** é:

- a) no estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- b) na vigência do estado de defesa é vedada a incomunicabilidade do preso.
- c) o tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- d) caracteriza fundamento para a decretação do estádio de sítio comoção grave de repercussão regional nos Estados Federativos ou ocorrência de fatos que comprovem a ineeficácia de medida tomada durante o estado de defesa.
- e) solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

Esta questão possui comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/447475**Questão 81:** IOBV - Of (PM SC)/PM SC/2015**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta em relação ao estado de defesa e o estado de sítio dispostos na Constituição Federal:

- a) O decreto que instituir o estado de sítio determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem restrições aos direitos de sigilo de correspondência; sigilo de comunicação telegráfica e telefônica e requisição de bens.
- b) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- c) Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário, sendo vedada a incomunicabilidade do preso.
- d) Na vigência do estado de defesa decretado poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: obrigação de permanência em localidade determinada; suspensão da liberdade de reunião e busca e apreensão em domicílio.

Esta questão possui comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/717066**Questão 82:** DIRENS Aeronáutica - EAGS (EEAR)/EEAR/Administração/2015

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Relacione as colunas de acordo com as situações autorizadoras para a decretação do Estado de Sítio e do Estado de Defesa, pela autoridade competente. Em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta.

(1) Estado de Sítio	<input type="checkbox"/> Declaração de Estado de Guerra.
(2) Estado de Defesa	<input type="checkbox"/> Ameaça à ordem pública ou à paz social.
	<input type="checkbox"/> Comoção grave de repercussão nacional.
	<input type="checkbox"/> Calamidades de grandes proporções na natureza.

- a) **1 – 1 – 2 – 2**
- b) **1 – 2 – 1 – 2**
- c) **2 – 1 – 2 – 1**
- d) **2 – 2 – 1 – 1**

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1237460

Questão 83: FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Dentre as medidas passíveis de adoção na vigência do estado de sítio decretado em caso de comoção grave de repercussão nacional, **NÃO** se inclui a possibilidade de

- a) restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão.
- b) restrição relativa à difusão de pronunciamentos de parlamentares, efetuados em suas Casas legislativas, ainda que tenha sido liberada pela Mesa respectiva.
- c) busca e apreensão em domicílio.
- d) detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- e) suspensão da liberdade de reunião.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/178164

Questão 84: CEBRASPE (CESPE) - PT (PM CE)/PM CE/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Julgue o próximo item, referente à organização e ao funcionamento dos poderes da República, bem como à defesa do Estado e das instituições democráticas.

Na eventualidade de decretação de estado de defesa ou de estado de sítio, competirá à mesa do Senado Federal, ouvidos os líderes partidários, designar comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas pertinentes.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/179774

Questão 85: IADES - Aha Tec (FUNPRES/PESP)/FUNPRES/PESP/Jurídico/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Que medida o presidente da República poderá decretar, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitando autorização ao Congresso Nacional nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou de declaração de estado de guerra ou de resposta a agressão armada estrangeira?

- a) Estado de sítio.
- b) Atuação da Força Nacional e Polícia Federal.
- c) Intervenção federal.
- d) Estado de defesa.
- e) Atuação das Forças Armadas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/197057

Questão 86: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O estado de defesa delimitado na Constituição Federal prevê:

- a) tempo de duração não superior a trinta dias, admitidas prorrogações por igual prazo, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- b) ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.
- c) encaminhamento obrigatório por parte do Presidente da República do ato que decretar o estado de defesa ou sua prorrogação, com a respectiva justificação, para eventual aprovação, ao Supremo Tribunal Federal, dentro do prazo de vinte e quatro horas.
- d) a possibilidade de restrição apenas aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/198304

Questão 87: FCC - DP PB/DPE PB/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A disciplina constitucional que rege o estado de sítio e o estado de defesa autoriza expressamente a imposição de restrições a determinados direitos e garantias fundamentais. Em ambos os casos (estado de sítio e estado de defesa), admite-se, segundo o texto constitucional, que sejam restrinvidos:

- a) o direito à inviolabilidade do domicílio e o direito de propriedade.
- b) o direito de reunião e o direito ao sigilo de correspondência.
- c) o direito à inviolabilidade do domicílio e o direito ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- d) o direito de reunião e o direito de propriedade.
- e) o direito de propriedade e o direito ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/217180

Questão 88: FCC - DP RS/DPE RS/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que se refere à defesa do Estado e das instituições democráticas, é correto afirmar:

- a) O controle político a ser exercido sobre a decretação do estado de sítio será realizado pelo Congresso Nacional por maioria simples de seus membros, dentro do prazo de 5 dias contados do recebimento do decreto.
- b) A defesa das instituições democráticas caracteriza-se pela preponderância de um grupo de poder sobre o outro com a imposição de uma legalidade extraordinária para restabelecer a ordem violada.
- c) As hipóteses de casos em que se poderá decretar o estado de defesa estão previstas de forma exemplificativa na Constituição Federal.
- d) A defesa do Estado traduz-se na defesa do território nacional contra invasões estrangeiras, na defesa da soberania nacional e na defesa da pátria.
- e) Para a decretação do estado de defesa deve haver prévia solicitação de autorização pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/227267

Questão 89: FGV - OAB UNI NAC/OAB/Exame Anual 2/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O estado de defesa e o estado de sítio são tidos como legalidades extraordinárias, verdadeiras excepcionalidades que possibilitam inclusive a suspensão de determinas garantias constitucionais. As hipóteses de incidência e o procedimento são exaustivamente tratados pela CRFB/88.

Com base na previsão constitucional dos referidos institutos, assinale a opção correta.

- a) O estado de defesa e o estado de sítio podem ser decretados pelo Presidente da República, bastando a oitiva prévia do Conselho da República, do Conselho de Defesa Nacional e do Procurador-Geral da República.
- b) No estado de defesa, a oitiva do Congresso Nacional é posterior à sua decretação. Por sua vez, no estado de sítio, o Congresso Nacional deve ser ouvido previamente à decretação.
- c) Poderá o Presidente da República, à luz da CRFB/88, decretar estado de defesa em resposta a agressão armada de país vizinho.
- d) Em sendo hipótese de estado de sítio, o Congresso Nacional deverá ser fechado até o término das medidas coercitivas, para sua salvaguarda.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/236522

Questão 90: IADES - AMD (METRO DF)/METRO DF/Administrativa/Advogado/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com relação à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa correta.

- a) O presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineeficácia de medida tomada durante o estado de defesa e a declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- b) A apuração de infrações penais cometidas contra os interesses de empresa pública federal insere-se no âmbito de atribuição da Polícia Federal.
- c) O estado de defesa poderá ser decretado por prazo indeterminado na hipótese de gravíssimo comprometimento da ordem pública.
- d) O estado de sítio é medida mais branda de defesa do Estado e das instituições democráticas e, diferentemente do estado de defesa, não exige autorização prévia do Congresso Nacional para que possa ser decretado pelo presidente da República.
- e) O decreto que instituir o estado de defesa pode indicar, como medida coercitiva, a busca e apreensão em domicílio.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/270546

Questão 91: FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Em relação ao estado de defesa e ao estado de sítio, assinale a afirmativa correta.

- a) Devem ser decretados pelo Congresso Nacional, a partir da provocação do Presidente da República.
- b) A atuação do Congresso Nacional está limitada à fiscalização dos atos praticados pelo Presidente da República.
- c) Deve ser colhido o pronunciamento do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional no item voltado à sua decretação.
- d) No caso de comprovada ineeficácia das medidas adotadas durante o estado de sítio, é autorizada a decretação do estado de defesa.
- e) É vedada a restrição da liberdade de imprensa durante o estado de sítio.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/294481

Questão 92: IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, no Estado de Defesa poderão ser decretadas algumas medidas coercitivas por tempo determinado e em áreas específicas. São admitidas as seguintes medidas, exceto:

- a) Restrição ao direito de reunião.
- b) Incomunicabilidade do preso.
- c) Restrição ao sigilo de correspondência.
- d) Ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos na hipótese de calamidade pública.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/313607

Questão 93: FGV - Con Leg (CM Recife)/CM Recife/Segurança Pública/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Em relação ao chamado "sistema constitucional de crises", a Constituição da República prevê a aplicação de duas medidas excepcionais para restauração da ordem em momentos de anormalidade, possibilitando a suspensão de determinadas garantias constitucionais, inclusive, em lugar específico e por certo tempo, e possibilitando a ampliação do poder repressivo do Estado, justificado pela gravidade da perturbação da ordem pública. Dentro dos conceitos e regras de Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, é correto afirmar que:

- a) Estado de defesa, decretado pelo Presidente da República, mediante oitiva, com caráter vinculativo, dos Conselhos da República e da Defesa Nacional e independentemente de autorização do Congresso Nacional, por prazo não superior a sessenta dias, sem possibilidade de prorrogação;
- b) Estado de sítio, decretado pelo Presidente da República, mediante oitiva, com caráter vinculativo, dos Conselhos da República e da Defesa Nacional e independentemente de autorização do Congresso Nacional, pelo prazo que durar a guerra ou a agressão armada estrangeira;

- c) Estado de defesa, decretado pelo Presidente da República, mediante oitiva, sem caráter vinculativo, dos Conselhos da República e da Defesa Nacional e independentemente de autorização do Congresso Nacional, por prazo não superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período;
- d) Estado de sítio, decretado pelo Presidente da República, mediante oitiva, com caráter vinculativo, dos Conselhos da República e da Defesa Nacional e independentemente de autorização do Congresso Nacional, por prazo não superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período;
- e) Estado de defesa, decretado pelo Presidente da República, mediante oitiva, com caráter vinculativo, dos Conselhos da República e da Defesa Nacional e independentemente de autorização do Congresso Nacional, por prazo não superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/335873

Questão 94: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2014

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Sobre o tema e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 é correto afirmar, **exceto:**

- a) Na vigência do estado de defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- b) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- c) Na vigência do estado de defesa a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.
- d) Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, estando vedada, ainda, a incomunicabilidade do preso.
- e) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/480291

Questão 95: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2014

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.

Nesse sentido é correto afirmar, **exceto:**

- a) Na vigência do estado de sítio só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: obrigação de permanência em localidade determinada; detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns; restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei; suspensão da liberdade de reunião; busca e apreensão em domicílio; intervenção nas empresas de serviços públicos e requisição de bens.
- b) O Presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a infecia de medida tomada durante o estado de defesa.
- c) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato, sendo que o Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas.
- d) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.
- e) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/480298

Questão 96: CRS (PM MG) - Of (PM MG)/PM MG/Cadete (CFO)/2014

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Sobre o Estado de Defesa, marque a alternativa CORRETA:

- a) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal, que decidirá por maioria absoluta.
- b) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, convocará, extraordinariamente, o Congresso Nacional se este estiver em recesso, no prazo de, no máximo, três dias.
- c) O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de, no máximo, cinco dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.
- d) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/490041

Questão 97: Com. Exam. (MPE SC) - PJ (MPE SC)/MPE SC/2014

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, que não poderá ser superior 10 (dez) dias, podendo ser renovado, por igual período, sempre que persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/506798

Questão 98: IESES - NeR (TJ MS)/TJ MS/Remoção/2014

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Durante este período poderão vigorar medidas coercitivas, dentre as seguintes:

- I.** Restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações.
- II.** Sigilo de correspondência, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica, detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- III.** Ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.
- IV.** Obrigação de permanência em localidade determinada, busca e apreensão em domicílio.

A sequência correta é:

- a) As assertivas **I**, **II**, **III** e **IV** estão corretas.
- b) Apenas as assertivas **II** e **IV** estão incorretas.
- c) Apenas as assertivas **I** e **II** estão corretas.
- d) Apenas a assertiva **III** está correta.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questiones/613855

Questão 99: FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2014

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Tendo os Municípios situados na região serrana de determinado Estado da federação sido atingidos por dias seguidos de chuvas torrenciais, que provocaram destruição e perdas de grandes proporções para a população local, o Presidente da República decreta estado de defesa, a vigorar por 30 dias nas localidades em questão, determinando, entre outras medidas, restrições ao direito de reunião, inclusive se exercida no seio das associações, e a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, prevendo a responsabilidade da União pelos danos e custos decorrentes. Nesta hipótese, a decretação do estado de defesa

- a) não poderia ter estabelecido a responsabilidade da União por danos e custos decorrentes da ocupação e uso temporário de bens, diante da ausência de previsão constitucional a esse respeito.
- b) não poderia ter instituído restrições à liberdade de reunião, exercida no seio das associações, por se tratar de medida admitida apenas na hipótese de estado de sítio.
- c) deveria ter sido precedida de autorização do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- d) é incompatível com a disciplina constitucional da matéria, no que se refere à duração e abrangência do estado de exceção.
- e) é compatível com a disciplina constitucional da matéria, no que se refere aos fatos que a ensejaram, à duração e abrangência do estado de exceção, bem como às medidas restritivas determinadas

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questiones/681160

Questão 100: IAUPE - GM (J Guararapes)/Pref J Guararapes/2014

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, sobre a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, analise as afirmativas abaixo:

- I.** O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa.
- II.** O estado de defesa serve para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- III.** O estado de defesa é instituído por decreto.
- IV.** O estado de defesa terá duração pelo tempo que se fizer necessário para regularizar a ordem interna.

Está CORRETO o que se afirma em

- a) **II** e **III**, apenas.
- b) **I**, **II** e **IV**, apenas.
- c) **II**, **III** e **IV**, apenas.
- d) **I**, **II** e **III**, apenas.
- e) **I**, **II**, **III** e **IV**.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questiones/945257

Questão 101: IAUPE - GM (J Guararapes)/Pref J Guararapes/2014

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, sobre a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, analise as afirmativas abaixo:

- I.** O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.
- II.** É cabível o estado de sítio em caso de comoção grave de repercussão nacional ou na ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada, durante o estado de defesa.
- III.** É cabível estado de defesa em caso de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- IV.** O estado de sítio poderá ser decretado por todo o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira.

Está CORRETO o que se afirma em

- a) **II** e **III**, apenas.
- b) **I**, **II** e **IV**, apenas.
- c) **II**, **III** e **IV**, apenas.
- d) **I**, **II** e **III**, apenas.
- e) **I**, **II**, **III** e **IV**.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questiones/945258

Questão 102: IPAD - Ag SP (Pref Recife)/Pref Recife/Guarda Municipal/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Sobre a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Presidente da República pode, ouvidos o Vice-Presidente da República e o Presidente do Congresso Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente-instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- c) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.
- d) Logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.
- e) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1089297**Questão 103:** CEBRASPE (CESPE) - NeR (TJ BA)/TJ BA/Provimento/2014**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a opção correta acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas.

- a) O presidente da República, ao solicitar autorização para prorrogar o estado de sítio, deve relatar os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.
- b) A mesa da Câmara dos Deputados, ouvidos os líderes partidários, deve designar comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.
- c) No decreto de instituição do estado de defesa, podem-se determinar restrições aos direitos de sigilo de correspondência, mas não ao sigilo de comunicação telefônica.
- d) Durante a vigência do estado de defesa, a prisão ou a detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo se autorizada pelo presidente da República.
- e) A decretação de estado de defesa pelo presidente da República depende de prévia autorização da Câmara dos Deputados.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1108009**Questão 104:** CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Judiciária/"Sem Especialidade"/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Julgue o item seguinte, a respeito do estado de defesa e do estado de sítio.

O estado de sítio é medida mais branda de defesa do Estado e das instituições democráticas e, diferentemente do estado de defesa, não exige autorização prévia do Congresso Nacional para que possa ser decretado pelo presidente da República.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/110227**Questão 105:** CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Judiciária/"Sem Especialidade"/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Julgue o item seguinte, a respeito do estado de defesa e do estado de sítio.

O Congresso Nacional deixará de funcionar enquanto vigorar o estado de defesa.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/110228**Questão 106:** CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Judiciária/"Sem Especialidade"/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Julgue o item seguinte, a respeito do estado de defesa e do estado de sítio.

O estado de defesa e o estado de sítio são medidas excepcionais previstas no texto constitucional e visam à restauração da ordem em momentos de crise.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/110229**Questão 107:** FCC - Proc (ALPB)/ALPB/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

- a) restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações, sigilo de correspondência, inviolabilidade domiciliar, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- b) restrições aos direitos de associação, sigilo de correspondência, sigilo bancário e fiscal.
- c) restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações, sigilo de correspondência, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica e liberdade de imprensa.
- d) restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações, sigilo de correspondência, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- e) restrições aos direitos de associação, liberdade de imprensa, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/113043

Questão 108: Com. Exam. (TRF 3) - JF TRF3/TRF 3/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)Do estado de defesa e do estado de sítio, **não é correto** que:

- a) o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza;
- b) o decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, podendo abranger restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações, o sigilo de correspondência e o sigilo de comunicação telegráfica e telefônica, sendo que a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, responderá a União pelos danos e custos decorrentes;
- c) o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa e a declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira;
- d) o decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas;
- e) a Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/130281**Questão 109:** CEBRASPE (CESPE) - DP DF/DP DF/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Julgue o item abaixo, a respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas.

A decretação do estado de sítio, medida excepcional, pode ocorrer tanto em caso de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, quanto de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/130610**Questão 110:** FGV - Cons Leg (ALEMA)/ALEMA/Direito Constitucional/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Uma das atribuições constitucionais do Presidente da República consiste na declaração do Estado de Defesa. Em priscas eras esse conceito era informado pela denominada teoria da Segurança Nacional com conhecidas conotações geopolíticas.

Nos termos da atual Constituição Federal, o instituto referido é uma espécie de estado

- a) de exceção.
- b) regular.
- c) intervencionista.
- d) de sítio.
- e) de guerra.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/135118**Questão 111:** FGV - Proc Leg (ALMT)/AL MT/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)No que se refere ao Estado de Exceção (Estado de Defesa e Estado de Sítio), assinale **V** para a afirmativa verdadeira e **F** para a falsa.

() Estado de Exceção é a situação de fato que, estabelecida, implica o esvaziamento do direito e sua substituição por uma espécie de anomia transitória, sob cuja vigência, de maior ou menor duração – a depender das circunstâncias –, são afastadas ou suprimidas as restrições que, em situação normal, as leis impõem às autoridades e aos detentores do poder em geral.

() Na vigência do Estado de Defesa é vedado que se estabeleçam restrições aos direitos de reunião, desde que tais ocorram no seio das associações.

() Uma das hipóteses de decretação de Estado de Sítio é a comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o Estado de Defesa. Em tal hipótese não há necessidade de estabelecimento de prazo para duração, permanecendo o Estado de Sítio vigente durante todo o tempo de ocorrência da situação anteriormente descrita.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
- b) F, F e F.
- c) V, V e F.
- d) V, F e F.
- e) F, V e F.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/156550**Questão 112:** VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

É caso de decretação do Estado de Sítio

- a) comoção grave de repercussão na capital de uma das unidades federativas.
- b) ameaça à ordem pública em virtude de calamidade de grandes proporções na natureza.
- c) ameaça à ordem pública em virtude de grave e iminente instabilidade institucional.
- d) ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/189075

Questão 113: CEBRASPE (CESPE) - NeR (TJ ES)/TJ ES/Remoção/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a opção correta no que diz respeito à defesa do Estado e das instituições democráticas, conforme disposição constitucional.

- a) Permite-se a incomunicabilidade do preso na vigência do estado de defesa.
 - b) Cessado o estado de sítio, seus efeitos poderão perdurar por até sessenta dias.
 - c) A CF admite restrições ao direito de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica durante o estado de defesa.
 - d) O presidente da República depende de autorização prévia para decretar o estado de defesa.
 - e) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Congresso Nacional.
- Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/195375
-

Questão 114: CEBRASPE (CESPE) - ERPDACGN (ANP)/ANP/Área I/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que se refere aos direitos e aos deveres individuais e coletivos, julgue o item subsecutivo.

Admite-se a suspensão do direito de reunião quando o estado de sítio estiver vigente.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/310958**Questão 115:** IBFC - Of Cart (PC RJ)/PC RJ/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Analise as assertivas abaixo, que tratam das disposições constitucionais sobre a "Defesa do Estado e das Instituições Democráticas":

- I. As imunidades parlamentares subsistirão durante o estado de defesa e o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante voto de três quintos dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- II. O estado de sítio decretado em virtude de comoção grave de repercussão nacional ou ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa só poderá ser decretado no prazo máximo de trinta dias, podendo ser prorrogado por novos períodos sucessivos, mas nunca superiores a este.
- III. Em tese, qualquer garantia constitucional poderá ser suspensa durante o estado de sítio decretado em virtude de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, desde que indicada a sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficaram suspensas.

Estão **corretas** apenas as assertivas:

- a) III.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/353070**Questão 116:** UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A Constituição Federal consagra um sistema para o controle das crises e dos estados de exceção, composto por normas jurídicas e informado por princípios norteadores, entre os quais se encontra o princípio

- a) da legalidade constitucional ordinária, segundo o qual nenhuma medida pode afastar a legalidade ordinária, constitucionalmente garantida.
- b) do controle político e judicial, segundo o qual as medidas de exceção são submetidas ao controle político do Congresso Nacional e do Poder Judiciário.
- c) da perenidade, segundo o qual as medidas devem ser estáveis e duradouras, permanecendo por tempo indefinido, na ordem vigente.
- d) da segurança nacional, segundo o qual as medidas de exceção, previstas na Constituição, devem ser submetidas ao controle das forças armadas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/404945**Questão 117:** UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No sistema constitucional do gerenciamento das crises, a Constituição Federal prevê medidas excepcionais para a restauração da ordem, em momentos de anormalidade. São medidas que ampliam o poder repressivo do Estado, informadas pelos princípios da necessidade e da temporalidade, restringindo os direitos e garantias individuais. Dentre essas medidas excepcionais para a restauração da ordem, encontra-se o estado de

- a) defesa, que pode ser estabelecido por vezes sucessivas e consecutivas, sendo de âmbito nacional.
- b) sítio, que permite a restrição ao sigilo de correspondência, ao direito de propriedade e à liberdade de manifestação do pensamento.
- c) defesa, que permite a restrição à inviolabilidade domiciliar, ao sigilo de correspondência e à liberdade de expressão do pensamento.
- d) sítio, que, depois de estabelecido, pode ser prorrogado por tempo indeterminado, sendo de âmbito nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/405437**Questão 118:** FDRH - Esc Pol (PC RS)/PC RS/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Consoante o artigo 136 da Constituição Federal, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Diante dessa afirmativa, assinale a alternativa **INCORRETA** relacionada à vigência do estado de defesa.

- a) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado enquanto persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

- b) a prisão por crime contra o Estado determinada por executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial
- c) a comunicação será acompanhada de declaração pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.
- d) a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- e) é vedada a incomunicabilidade do preso.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/496309**Questão 119:** CEBRASPE (CESPE) - JE TJMA/TJ MA/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- a) Na vigência do estado de sítio, as imunidades parlamentares não podem ser suspensas.
- b) Caso ocorra agressão estrangeira no intervalo das sessões legislativas, o presidente da República poderá decretar o estado de sítio sem a prévia autorização do Congresso Nacional.
- c) A Polícia Rodoviária Federal é órgão permanente, organizado e mantido pela União, destinado ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, com competência para as funções de polícia judiciária.
- d) Na vigência de estado de defesa, o decreto editado pelo presidente da República estabelecerá, como prazo máximo de duração da medida, trinta dias, o qual será submetido à aprovação da maioria absoluta do Congresso Nacional, sendo viável uma prorrogação por igual período, dispensando-se, nessa hipótese, nova deliberação do Congresso Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/562313**Questão 120:** FEPSE - AgePen (SAP SC)/SAP SC/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com a Constituição da República de 1988, o Estado de Sítio é medida de exceção decretada quando:

- a) for declarada situação de emergência decorrente de catástrofe nacional.
- b) reconhecida pelo exército nacional a impossibilidade de atuação.
- c) houver declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- d) houver conflito entre duas ou mais unidades da Federação.
- e) comprovada a falta de efetivo militar para o policiamento ostensivo.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/949695**Questão 121:** FEPSE - Ag SS (SAP SC)/SAP SC/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com a Constituição da República de 1988, o Estado de Defesa é medida de exceção decretada quando:

- a) houver necessidade de prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, áreas atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) houver declaração de estado de guerra pela Presidência da República, após autorização do Congresso Nacional.
- c) for verificada comoção grave de repercussão nacional.
- d) houver necessidade de resposta a agressão armada estrangeira.
- e) for comprovada a falta de efetivo militar para o policiamento ostensivo.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/950702**Questão 122:** DIRENS Aeronáutica - EAGS (EEAR)/EEAR/Administração/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Sobre o estado de defesa e o estado de sítio, considere afirmativas abaixo.

I – O estado de sítio poderá ser decretado no caso de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.**II** – O estado de sítio poderá ser decretado nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.**III** – O estado de defesa poderá ser decretado para preservar ou restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingida por calamidades de grandes proporções da natureza.**IV** – O estado de defesa e o estado de sítio são decretados pelo Presidente da República, ouvidos o Conselho da República, o Conselho de Defesa Nacional e o Ministro do Estado e da Defesa.**V** – No estado de defesa é admitido restrição aos seguintes direitos: sigilo de correspondência, reunião, sigilo de comunicação e liberdade para deixar a área abrangida pelo decreto.

Estão corretas apenas

- a) **I, II e III.**
- b) **I, III e V.**
- c) **III, IV e V.**
- d) **II, IV e V.**

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1242094**Questão 123:** DIRENS Aeronáutica - EAGS (EEAR)/EEAR/Administração/2013**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)Marque **V** para verdadeiro ou **F** para falso nas afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta.

() Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa poderá ter duração de até 15 dias, independente de autorização do Poder Judiciário.

() Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro 24 horas, submeterá o ato com a respectiva

justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

() Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores.

- a) **F – F – F**
- b) **F – V – V**
- c) **V – V – V**
- d) **V – F – F**

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1242133

Questão 124: ESAF - AFRFB/SRFB/"Sem Área"/2012

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Estado de Sítio e o Estado de Defesa são institutos previstos no Texto Constitucional de 1988 e adotados em situações extremas. Sobre eles é, correto afirmar que:

- a) cabe ao governador do Estado, com a autorização da Assembléia Legislativa, decretar o Estado de Sítio no âmbito do Estado respectivo.
- b) as imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto da maioria absoluta dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- c) a decretação de estado de defesa e o pedido de autorização para a decretação de estado de sítio são hipóteses previstas na Constituição Federal para a convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Presidente do Senado Federal.
- d) na vigência de Estado de Sítio, é suspenso qualquer procedimento em processo de cassação de Deputado ou Senador.
- e) o Estado de Defesa e o Estado de Sítio somente podem ser decretados após deliberação por maioria absoluta do Congresso Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/81502

Questão 125: CEBRASPE (CESPE) - DP SE/DPE SE/2012

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que diz respeito ao estado de defesa, assinale a opção correta.

- a) O preso por crime contra o Estado poderá ficar em cárcere por tempo indeterminado, independentemente de autorização do Poder Judiciário, enquanto perdurar o estado de defesa durante o qual se tenha determinado a sua prisão.
- b) O decreto que instituir o estado de defesa poderá restringir, nos termos e limites da lei, o direito de reunião, inclusive no âmbito das associações.
- c) Em nenhuma hipótese, o estado de defesa poderá durar mais de trinta dias.
- d) Decretado o estado de defesa, o presidente da República submeterá o ato, no prazo de vinte e quatro horas, com a respectiva justificação, ao Congresso Nacional, que o apreciará; caso o Parlamento esteja em recesso, a apreciação do ato ocorrerá assim que este retomar seus trabalhos.
- e) Durante a vigência do estado de defesa, o preso por crime contra o Estado poderá ficar incomunicável.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/158293

Questão 126: FCC - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2012

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A Constituição Federal permite o estabelecimento de restrições ao exercício de direitos fundamentais. Exemplo disso é a disposição constitucional que confere competência

- a) ao Presidente da República para decretar o estado de defesa, podendo o Decreto estabelecer, entre outras medidas coercitivas, restrições relativas à inviolabilidade de domicílio, além daquelas já previstas na Constituição.
- b) ao Presidente da República para decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, podendo o Decreto restringir, entre outros direitos, a liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei.
- c) à autoridade judicial para, em processo criminal, autorizar a autoridade policial a ingressar, em qualquer horário, no domicílio do condenado criminalmente, ainda que sem o seu consentimento.
- d) à autoridade judicial para determinar a interceptação de comunicações telefônicas, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal e instrução processual civil ou penal.
- e) à autoridade administrativa para dissolver associação civil, mediante decisão proferida em processo administrativo que assegure a ampla defesa e o contraditório, desde que constatado que a associação se dedique a atividades de caráter paramilitar.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/181538

Questão 127: FCC - AJ TRT11/TRT 11/Judiciária/"Sem Especialidade"/2012

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Gustavo, Presidente da República, após ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa para preservar, em local restrito e determinado, a ordem pública ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional, indicando no decreto, segundo a Constituição Federal, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, podendo restringir os direitos de

- a) ir e vir, sujeito à pena de banimento, apenas.
- b) ir e vir, sujeito à prisão perpetua e multa.
- c) imagem e de propriedade intelectual.
- d) reunião, ainda que exercida no seio das associações, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- e) livre manifestação do pensamento e de propriedade imóvel.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/185731

Questão 128: FCC - AJ TRT11/TRT 11/Judiciária/Execução de Mandados/2012

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Face a comoção grave de repercussão nacional, sendo decretado o estado de sítio, Alberto, brasileiro maior e capaz e domiciliado no Estado de Roraima, resolveu se mudar para o Estado do Rio Grande do Sul, porém ao chegar no aeroporto, Otávio, agente da Polícia Federal, legalmente e no exercício de atribuições do Poder Público, proibiu a sua locomoção para outro Estado, mantendo-o contra sua vontade no Estado de Roraima. Segundo a Constituição Federal, Alberto, na vigência do estado de sítio

- a) poderá viajar desde que impetrar habeas corpus ao Superior Tribunal de Justiça, cuja competência é originária.
- b) tem direito líquido e certo e, assim, impetrará *habeas corpus* ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, que permitirá sua viagem.
- c) não terá que se sujeitar a ordem da autoridade desde que impetrar habeas corpus ao Supremo Tribunal Federal, cuja competência é originária.

- d) não terá que se sujeitar a ordem da autoridade desde que impetre habeas corpus ao Juiz do Tribunal Militar, que requisitará informações à Polícia Federal.
- e) em regra, terá que se sujeitar a ordem da autoridade e deverá permanecer no Estado de Roraima.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/185824**Questão 129:** VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2012**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Quanto à duração ou vigência, é correto afirmar que o Estado de Defesa vigora por

- a) 30 dias, podendo ser renovado por mais 30 dias e assim sucessivamente, enquanto for necessário.
- b) até 30 dias, podendo ser renovado somente mais uma vez por igual período.
- c) 90 dias, sem possibilidade de renovação de sua vigência.
- d) 15 dias e, não gerando os efeitos pretendidos, converte-se em Intervenção.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/198628**Questão 130:** FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No caso de comoção grave de repercussão nacional, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.

As alternativas a seguir apresentam medidas que poderiam ser adotadas como decorrência da decretação do estado de sítio, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- a) Desapropriação sem prévia e justa indenização em dinheiro.
- b) Intervenção nas empresas de serviços públicos.
- c) Requisição de bens particulares.
- d) Suspensão da liberdade de reunião.
- e) Busca e apreensão em domicílio, sem prévia autorização judicial.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/199989**Questão 131:** CEBRASPE (CESPE) - JE TJCE/TJ CE/2012**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a opção correta acerca dos preceitos relativos à defesa do Estado e das instituições democráticas.

- a) No estado de defesa e no estado de sítio, as imunidades parlamentares não podem ser suspensas.
- b) O estado de sítio não pode ser decretado apenas para determinada área específica, considerando-se sua abrangência nacional.
- c) Embora a decretação do estado de defesa submeta-se à aprovação da maioria absoluta do Congresso Nacional, sua prorrogação dispensa tal providência, sendo suficiente ato do chefe do Poder Executivo demonstrando a necessidade de estender a medida por igual período.
- d) As especificações da amplitude do estado de sítio podem ser feitas após a sua decretação.
- e) Considerada a excepcionalidade da medida, o controle judicial do estado de defesa abrange o juízo de conveniência e oportunidade quanto à prática do ato.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/210909**Questão 132:** INCAB (ex-FUNCAB) - Del Pol (PC RJ)/PC RJ/2012**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com as normas constitucionais que disciplinam o estado de defesa, é correto afirmar:

- a) O Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitará ao Congresso Nacional autorização para a decretação do estado de defesa, expondo os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.
- b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado tantas vezes, por igual período, se persistirem as razões que justifiquem sua decretação.
- c) A restrição ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações, encontra-se entre as medidas coercitivas a serem indicadas no decreto que institui o estado de defesa, nos termos e limites da lei.
- d) Na vigência do estado de defesa, não há vedação quanto à incomunicabilidade do preso.
- e) Enquanto perdurar o estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa, sem a autorização do Poder Judiciário, poderá ser superior a dez dias, até o limite de trinta dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/260421**Questão 133:** FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Entre as formas de defesa do Estado Nacional e das instituições democráticas está o estado de defesa. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) decretado o estado de defesa, deve o Presidente encaminhar o ato com a respectiva justificação ao Senado, que decidirá por maioria absoluta.
- b) na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- c) não poderá ser superior a trinta dias, salvo prorrogação, por uma única vez, pelo mesmo período, se persistirem as razões que justificaram sua decretação.
- d) entre as medidas que podem ser adotadas, incluem-se restrições aos direitos de liberdade de locomoção e de expressão.
- e) havendo rejeição do decreto pelo Congresso Nacional, cessa imediatamente o estado de defesa, exceto no caso de prorrogação na hipótese de calamidade pública.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/262742**Questão 134:** FUMARC - Proc (AGE MG)/AGE MG/2012**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O artigo 18 da Constituição Federal preceitua a organização da República Federativa do Brasil a partir da relação de entes federativos autônomos, resguardando a soberania para o Estado Brasileiro. Nos últimos meses, alguns Estados Brasileiros passaram por perturbações de ordem pública severas, em razão da greve das polícias. A cidade de Salvador, por exemplo, teve um aumento absurdo em relação à violência social. Analise as assertivas abaixo, como se fatos análogos incidissem em Município do Estado de Minas Gerais e à luz das normas constitucionais federais e estaduais e assinale a resposta correta:

- a) Por ato discricionário e privativo, o Governador do Estado poderá promover INTERVENÇÃO no município, visando o restabelecimento da Ordem Pública, por meio de decreto, sob o qual recairá necessário controle político do Poder Legislativo;

- b) O Presidente da República, mediante aquiescência do Conselho de Defesa Nacional e por solicitação do Governador do Estado ou da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, poderá decretar ESTADO DE SÍTIO, limitando alguns direitos e garantias individuais nas áreas afetadas, submetendo sua ordem à apreciação do Congresso Nacional no prazo de 24 horas, para aprovação;
- c) Tanto o Presidente da República como o Governador do Estado poderão decretar ESTADO DE DEFESA por trinta dias prorrogáveis por igual período, limitando alguns direitos e garantias constitucionais, visando restabelecimento da ordem pública, consultando previamente o Conselho de Defesa Nacional (que emitirá parecer não-vinculativo) e submetendo, respectivamente, o decreto de instalação ao Congresso Nacional ou Assembléia Legislativa de Minas Gerais;
- d) O Presidente da República poderá decretar intervenção no Estado ou ESTADO DE DEFESA na região atingida, de acordo com o tipo de comprometimento à ordem pública ou de desordem institucional, colhendo parecer não-vinculativo do Conselho Nacional de Justiça, emite um decreto que será apreciado pelo Congresso Nacional;
- e) O Governador do Estado de Minas, por solicitação do Executivo do Município em questão, poderá decretar ESTADO DE DEFESA para estabilizar a ordem pública regional, submetendo seu ato à aprovação da Assembléia Legislativa no prazo de 24 horas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/424560**Questão 135:** FCC - Tec (MPE RN)/MPE RN/Tecnologia da Informação/Suporte Técnico/2012**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No tocante ao Estado de Defesa considere:

- I.** Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- II.** O tempo de duração do estado de defesa não será superior a noventa dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- III.** Na vigência do estado de defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- IV.** Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário, sendo vedada a incomunicabilidade do preso.

Está correto o que se afirma **A PENAS** em

- a) **I e II.**
- b) **II e IV.**
- c) **II e III.**
- d) **I e IV.**
- e) **III e IV.**

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/444451**Questão 136:** CEBRASPE (CESPE) - Sold (PM AL)/PM AL/Combatente/2012**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Em caso de tentativa de golpe militar, em que tropas das forças armadas atuem simultaneamente na maioria dos estados da Federação com o objetivo de depor o governo federal e os governos estaduais, é cabível, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a decretação de estado

- a) de calamidade pública.
- b) de exceção.
- c) de alerta.
- d) de necessidade.
- e) de sítio.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/491082**Questão 137:** COPESE-UFT - Tec Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Telecomunicações/2012**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)Analise as assertivas que seguem como Verdadeiras – **V** ou Falsas – **F** relativamente ao tema Defesa do estado e das instituições democráticas:

- I.** Compete privativamente ao Presidente da República decretar o estado de sítio e o estado de defesa.
- II.** O estado de sítio é decretado para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- III.** O Congresso Nacional autoriza decretar o estado de defesa nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- IV.** O Congresso Nacional permanecerá em recesso até o término das medidas coercitivas do estado de defesa.
- V.** Na vigência do estado de defesa é facultada a incomunicabilidade do preso.

Marque a sequência CERTA:

- a) V, F, F, F, F
- b) F, V, V, V, V
- c) V, V, V, V, V
- d) V, F, V, F, V
- e) F, V, V, F, F

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/543135**Questão 138:** IESES - NeR (TJ RO)/TJ RO/Remoção/2012**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a afirmativa correta, segundo que expressamente determina a Constituição da República:

- a) Na vigência de estado de sítio, são permitidas, nos limites da lei, restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações, à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão e à liberdade de expressão da atividade intelectual, artística e científica.

- b) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato, devendo este permanecer em funcionamento até o término das medidas coercitivas.
- c) A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de seis de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de sítio.
- d) A decretação do estado de sítio será cabível em casos de comoção de repercussão nacional, fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, declaração de estado de guerra e resposta a agressão armada estrangeira.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/615003**Questão 139:** IADES - TJ (PGDF)/PG DF/Apoio Administrativo/2011**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Assinale a alternativa que define e fundamenta, legalmente, esta situação emergencial.

- a) Estado de Sítio.
- b) Atuação da Força Nacional e da Polícia Federal.
- c) Intervenção Federal.
- d) Estado de Defesa.
- e) Atuação das Forças Armadas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/193686**Questão 140:** FEPSE - Proc (Florianópolis)/Pref Florianópolis/2011**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar acerca da decretação do Estado de Defesa:

- a) Na vigência do estado de defesa é permitida a incomunicabilidade do preso.
- b) O decreto que instituir o estado de defesa indicará as medidas restritivas ao direito de sigilo de correspondência.
- c) A decretação do estado de defesa pelo Presidente da República deve ser autorizada pelo Congresso Nacional.
- d) O Presidente pode decretar o estado de defesa para responder a agressão armada estrangeira.
- e) Não há obrigatoriedade de especificação do tempo de duração do estado de defesa.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/263485**Questão 141:** FUMARC - Del Pol (PC MG)/PC MG/2011**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Quanto aos sistemas estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, para enfrentar os períodos de crise política nos quais a ordem constitucional sevê ameaçada, estão previstos:

- a) o estado de defesa, o estado de sítio, a intervenção federal e o uso excepcional das forças armadas.
- b) a suspensão da Constituição, a lei marcial, o estado de defesa, o estado de sítio e a suspensão do *habeas corpus*.
- c) a supressão dos direitos fundamentais, entre eles, a inviolabilidade de domicílio e de correspondência.
- d) a vedação quanto à impetração do mandado de segurança, do mando de injunção, do *habeas corpus* e do *habeas data*.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/416019**Questão 142:** CEV UECE - Ag Pen (SEJUS CE)/SEJUS CE/2011**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que diz respeito ao estado de defesa e ao estado de sítio, assinale a opção que contém a afirmação correta.

- a) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.
- b) O Presidente da República pode, ouvido o Conselho da República, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa no caso de comoção grave de repercussão nacional.
- c) O Presidente da República deve solicitar ao Congresso Nacional autorização prévia do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional para decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- d) Na vigência do estado de sítio, decretado com fundamento na Constituição Federal, não são previstas as medidas coercitivas para restabelecer a paz social.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/586788**Questão 143:** FCC - ADP (DPE SP)/DPE SP/Psicólogo/2010**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Em razão das fortes chuvas que assolaram determinada região do Estado, foi decretado estado de defesa pelo Presidente da República. Nos termos do que estabelece a Constituição Federal e legislação infraconstitucional pertinente, o decreto que veiculou a decisão permite

- a) restrição a todos os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, desde que por prazo determinado.
- b) requisição de bens privados para disponibilização aos desabrigados, limitada a indenização a 50% do valor de mercado dos mesmos.
- c) restrição ao direito de reunião, por prazo determinado e nas áreas especificadas.
- d) desapropriação de bens públicos e privados para transferência aos desabrigados, mediante indenização por valor de mercado.
- e) restrição, desde que por prazo determinado, do direito de defesa dos acusados, a fim de restabelecer a ordem pública.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/181199**Questão 144:** FGV - Del Pol (PC AP)/PC AP/2010**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com relação ao tema *Defesa do Estado e das instituições democráticas*: estado de defesa e estado de sítio analise as afirmativas a seguir:

- I. O estado de defesa poderá ser decretado para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional, declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

II. O estado de sítio poderá ser decretado em casos de comoção grave de repercussão nacional, ou quando o país for atingido por calamidades naturais de grandes proporções.

III. Enquanto durar o estado de sítio poderão ser impostas restrições à difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, independentemente de licença da respectiva Mesa.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas **II** e **III** estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas **I** e **III** estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas **I** e **II** estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa **III** estiver correta.
- e) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/272509

Questão 145: INCAB (ex-FUNCAB) - Sold (PM GO)/PM GO/"Sem Área"/2010

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Em hipóteses excepcionalmente previstas na Constituição da República, poderão ser decretados no País o estado de sítio e o estado de defesa.

A respeito de tais institutos, marque a alternativa correta.

- a) O decreto que instituir o estado de defesa não poderá restringir os direitos de sigilo de correspondência.
- b) O estado de defesa poderá ser decretado por tempo indeterminado e poderá abranger áreas indeterminadas.
- c) No caso de ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, poderá ser decretado o estado de sítio.
- d) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso.
- e) A declaração do estado de guerra não autoriza a decretação do estado de sítio.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/356321

Questão 146: IAUPE - Ag SP (SJDH PE)/SJDH PE/2010

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Analise as perguntas abaixo.

I. A obrigação de permanência em determinada localidade, a busca e apreensão em domicílio, a suspensão da liberdade de reunião, a intervenção em empresas de serviço público são medidas possíveis durante o estado de defesa, mediante decreto do Presidente da República?

II. O Congresso Nacional deverá permanecer funcionando durante o estado de sítio?

III. Caberá a decretação do estado de sítio no caso de resposta à agressão armada estrangeira?

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- a) Sim, Não, Não.
- b) Não, Sim, Não.
- c) Não, Sim, Sim.
- d) Sim, Sim, Não.
- e) Não, Não, Sim.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/724126

Questão 147: CEBRASPE (CESPE) - EPF/PF/2009

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com fundamento nas regras estabelecidas na CF quanto à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item que se segue.

O decreto que instituir o estado de defesa pode estabelecer restrições ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/22363

Questão 148: FUNRIO - PRF/PRF/2009

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com relação à possibilidade da declaração pela União Federal de estado de calamidade pública no Sistema Único de Saúde, através de Decreto Presidencial, com a consequente requisição de bens municipais, sem a decretação do Estado de Defesa ou de Sítio, é correto afirmar que é

- a) inadmissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, sem a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio.
- b) admissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, sem a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio.
- c) inadmissível a requisição de bens municipais pela União como narrado uma vez que, apesar de se ter por meta a proteção da saúde da população, não houve o requerimento pelo Estado da Federação em questão, fato este que tornaria desnecessária a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio.
- d) inadmissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, sem que haja requerimento expresso do Poder Legislativo Distrital onde se localiza o Município em questão.
- e) admissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, desde que aprovada moção pela Câmara dos Vereadores do Município, e esta seja referendada por 3/5 dos membros do Congresso Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/28351

Questão 149: CEBRASPE (CESPE) - DP AL/DPE AL/2009

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Considerando a defesa do Estado e das instituições democráticas segundo o disposto na CF, julgue o próximo item.

A obrigação de permanência em determinada localidade e a intervenção nas empresas de serviços públicos são medidas coercitivas admitidas no estado de defesa.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/76727

Questão 150: FUNRIO - AgFEP (DEPEN)/DEPEN/2009**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com relação ao estado de defesa, no que se refere as medidas coercitivas, pode-se afirmar:

- I.** restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações;
- II.** O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado duas vezes, por igual período;
- III.** Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a vinte dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;
- IV.** Na vigência do estado de defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;
- V.** Na vigência do estado de defesa poderá ser o preso mantido sob incomunicabilidade por um período de 180 (cento e oitenta) dias;

Estão corretas apenas as opções:

- a) **II e V**
- b) **III e IV**
- c) **I e IV**
- d) **I e II**
- e) **III e V**

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/147091

Questão 151: CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (RN)/PC RN/2009**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Sob regime constitucional precedente, mais precisamente até o advento da CF, as situações de crise institucional comportavam a adoção de três procedimentos — medidas de emergência, estado de sítio e estado de emergência — os quais, afora o estado de sítio, que já existia desde 1891, foram introduzidos em nosso direito pela Emenda Constitucional n.º 11/1978, à Constituição de 1967. A CF contempla apenas dois mecanismos de proteção do regime democrático — o estado de defesa e o estado de sítio —, institutos que muito embora ostentem apelidos novos, pouco ou nada diferem daqueles em que se inspiraram.

Gilmar Ferreira Mendes, et al. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2.a ed. 2008, p. 1339-41 (com adaptações).

A respeito do estado de defesa e do estado de sítio, assinale a opção correta à luz da CF.

- a) Na vigência do estado de defesa, é vedada a incomunicabilidade do preso.
- b) Para preservar, em locais restritos e determinados, a ordem pública ameaçada por calamidades de grandes proporções na natureza, o presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, em um primeiro momento, decretar o estado de sítio.
- c) O presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa nos casos de comoção grave de repercussão nacional.
- d) Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, inclusive a responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.
- e) Em hipótese alguma, na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa poderá ser superior a dez dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/265008

Questão 152: FCC - Sold (PM BA)/PM BA/2009**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com relação ao Estado de Defesa, é correto afirmar:

- a) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- b) Na vigência do estado de defesa é permitida a incomunicabilidade do preso, havendo dispositivo constitucional expresso.
- c) Na vigência do estado de defesa, em regra, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a sessenta dias.
- d) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal.
- e) Na vigência do Estado de Defesa é vedada, em qualquer hipótese, restrição aos direitos de sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/433261

Questão 153: CEBRASPE (CESPE) - Sold (PM DF)/PM DF/Combatente/2009**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Julgue o item a seguir, acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas.

A incomunicabilidade do preso é vedada na vigência de estado de defesa.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/582637

Questão 154: CEBRASPE (CESPE) - Sold (PM DF)/PM DF/Combatente/2009

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Julgue o item a seguir, acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Encerrado o estado de defesa ou o estado de sítio, terminam também seus efeitos, sendo vedada a responsabilização pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/582638

Questão 155: CEBRASPE (CESPE) - Ana Tran (DETRAN DF)/DETRAN DF/Analista de Sistemas/2009**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Julgue o item seguinte, acerca do direito constitucional brasileiro.

Caso a ordem pública e a paz social estejam ameaçadas por grave instabilidade social em certa localidade da região Sudeste brasileira, em razão de calamidade pública, será lícito à União decretar estado de defesa por um período máximo de seis meses.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/874677

Questão 156: DECEEx - CFO/QC (EsFCEEx)/EsFCEEx/Direito/2009**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Em relação ao estado de defesa e estado de sítio na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

I. O estado de defesa é uma modalidade mais branda do estado de sítio, sendo obrigatória a prévia autorização do Congresso Nacional para que o Presidente da República o decrete.

II. O estado de sítio, por importar numa suspensão temporária e delimitada das garantias constitucionais, faz depender, para sua decretação pelo Presidente da República, da prévia autorização pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

III. Para que o Presidente da República possa decretar o estado de sítio, é necessário que sejam consultados os Conselhos da República e da Defesa Nacional, que opinarão. Diante das atribuições desses órgãos consultivos no chamado sistema constitucional de crises, esse opinativo vinculará a atuação do Presidente da República.

- a) Somente **I** está correta.
- b) Somente **I** e **II** estão corretas.
- c) Somente **I** e **III** estão corretas.
- d) Somente **II** está correta.
- e) Somente **III** está correta

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1309034

Questão 157: CEBRASPE (CESPE) - OI (ABIN)/ABIN/2008**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item seguinte.

Uma vez decretado o estado de sítio ou de defesa, alguns direitos fundamentais podem ser restringidos e ficar excluídos do controle judicial, como, por exemplo, o direito de locomoção, o sigilo de comunicação telegráfica e telefônica e o direito de reunião.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/20899

Questão 158: CEBRASPE (CESPE) - AJ (STF)/STF/Administrativa/"Sem Especialidade"/2008**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A respeito do direito constitucional, julgue o item.

Em tempo de paz, os direitos de liberdade de locomoção e de liberdade de reunião somente podem ser afastados mediante prévia e fundamentada decisão judicial.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/22689

Questão 159: FCC - Aud (TCE-SP)/TCE-SP/2008**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Em 7 de novembro de 2007, o Presidente da Geórgia decretou estado de exceção restrito à Capital do país, Tbilisi, em virtude de manifestações e protestos capitaneados por oposicionistas ao governo que resultaram em violentos confrontos ao longo de uma semana com a polícia local. Durante o período de vigência do estado de exceção, ficaram proibidas manifestações e motins, assim como incitações à tomada violenta do poder por parte dos meios de comunicação. O estado de exceção foi ratificado pelo Parlamento da Geórgia no prazo de 48 horas estabelecido pela Constituição daquele Estado e em quorum superior ao necessário para tanto, correspondente ao voto de 118 dos 225 Deputados do legislativo georgiano. O Parlamento determinou, ainda, que o estado excepcional ficaria em vigor até o dia 22 de novembro seguinte. Caso não fosse ratificado pelo Parlamento, o estado de exceção decretado pelo Presidente teria imediatamente cessados os seus efeitos.

Considerando os aspectos de decretação e vigência do estado de exceção na Geórgia acima apontados, é correto afirmar que esses se assemelham às previsões, na Constituição brasileira vigente, relativas

- a) ao estado de defesa, quanto à hipótese de decretação pelo Chefe de Estado, à necessidade de ratificação pelo Poder Legislativo e à possibilidade de restrição à liberdade de reunião.
- b) ao estado de sítio, no que se refere à necessidade de ratificação da decretação pelo Poder Legislativo, bem como ao prazo e ao quorum para tanto exigidos.
- c) ao estado de defesa, quanto ao tempo de duração, à abrangência territorial limitada e à possibilidade de restrição da liberdade de imprensa, televisão e radiodifusão.
- d) ao estado de sítio, no que concerne à hipótese de decretação pelo Chefe de Estado, à abrangência territorial limitada e à cessação imediata dos efeitos, na hipótese de o Legislativo não ratificar sua decretação pelo Chefe de Estado.
- e) tanto ao estado de defesa como ao estado de sítio, quanto à cessação imediata de seus efeitos, na hipótese de rejeição, pelo Poder Legislativo, da decretação efetuada pelo Chefe de Estado.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/77875

Questão 160: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2008

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Estado de Sítio é decretado

- a) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
- b) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
- c) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
- d) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Senado Federal.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/199011

Questão 161: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2008

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Estado de Defesa é decretado

- a) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
- b) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
- c) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
- d) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Congresso Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/199012

Questão 162: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2008

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta.

- a) O direito de reunião, enquanto vigente Estado de Sítio, sempre é suspenso.
- b) O Estado de Sítio, quando decretado, vigora sempre em todo território nacional.
- c) O Estado de Sítio só pode ser decretado por prazo determinado.
- d) O Estado de Sítio sempre é decretado por prazo indeterminado.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/199122

Questão 163: FGV - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2008

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Não se constitui pressuposto formal do estado de defesa:

- a) a especificação das áreas abrangidas pelo decreto do Presidente da República.
- b) a prévia manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- c) a determinação, no decreto do Presidente da República, do tempo de sua duração, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
- d) a existência de grave e iminente instabilidade institucional que ameace a ordem pública.
- e) a indicação de medidas coercitivas, dentre as discriminadas na Constituição Federal.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/272146

Questão 164: UEG - Del Pol (PC GO)/PC GO/2008

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Sobre a vigência do estado de defesa, é **CORRETO** afirmar:

- a) é permitida a incomunicabilidade do preso.
- b) a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- c) a comunicação da prisão será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.
- d) a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade judiciária.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/407999

Questão 165: ACAFE - Del Pol (PC SC)/PC SC/2008

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Quanto ao Estado de Defesa e Estado de Sítio, analise as afirmações a seguir.

I O Presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar estado de sítio para preservar ou restabelecer a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por grandes calamidades.

II O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, sendo, por exemplo, admitida restrição aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações.

III Na vigência do estado de sítio poderão ser tomadas contra as pessoas, dentre outras, as medidas: busca e apreensão em domicílio, intervenção nas empresas de serviços públicos e requisição de bens.

IV O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por sessenta dias, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

Estão corretas apenas:

- a) **II e III**
- b) **I e III**
- c) **I e IV**
- d) **I e II**

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/481618

Questão 166: CEBRASPE (CESPE) - JE TJAL/TJ AL/2008

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- a) As imunidades dos deputados federais e dos senadores previstas na CF subsistirão mesmo no estado de sítio, não havendo possibilidade de sua suspensão.
- b) O estado de defesa autoriza a convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo presidente da República.
- c) A emenda à CF, mesmo na hipótese de estado de defesa ou de estado de sítio, necessita de maioria e carece, para sua aprovação, de votação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) O estado de defesa autoriza a restrição ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações, ao sigilo de correspondência e ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- e) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive eleitorais e militares.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/554516

Questão 167: FUNIVERSA - Esc Pol (PC DF)/PC DF/2008

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Quanto ao sistema constitucional de crises, analise às afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - Tem por finalidade as situações insustentáveis, restituindo o equilíbrio e a estabilidade estatal, amparado pelo regime de legalidade extraordinária, afastando parcial ou integralmente as liberdades públicas por tempo determinado.

II - As medidas excepcionais de crise podem ser examinadas pelo poder judiciário, incluindo a oportunidade e a conveniência do ato praticado pelo Poder Executivo, sem afrontar o princípio da separação dos poderes.

III - O Estado de defesa depende de consulta prévia junto aos conselhos da república e de defesa nacional, bem como de aprovação do congresso nacional para sua decretação, por maioria absoluta cujos termos devem se ater ao tempo de duração, à restrição ao direito de reunião e ao sigilo de correspondência, comunicação telegráfica e telefônica.

IV - O Estado de sítio, assim como no Estado de defesa, depende de consulta prévia junto aos conselhos da república e de defesa nacional, bem como de aprovação do congresso nacional, por maioria qualificada de dois terços, cujo decreto conterá a restrição de direitos de duração e possibilidade de prorrogação.

- a) Todas as afirmativas estão erradas.
- b) Há apenas uma afirmativa certa.
- c) Há apenas duas afirmativas certas.
- d) Há apenas três afirmativas certas.
- e) Todas as afirmativas estão certas.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1069363

Questão 168: Com. Exam. (MPT) - Proc (MPT)/MPT/2007

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

I – No estado de defesa para preservar ou restabelecer a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza, é possível a restrição temporária aos direitos de reunião, sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica.

II – Na vigência do estado de sítio, não se admitem restrições à liberdade de ir e vir nem à inviolabilidade de correspondência.

III – Aos militares asseguram-se, entre outros direitos, o gozo de férias anuais remuneradas, com acréscimo de 1/3, e licença-gestante de 120 dias.

IV – As funções de polícia judiciária da União são exercidas, com exclusividade, pela polícia federal.

- a) apenas os itens **I** e **II** são corretos;
- b) apenas os itens **II** e **IV** são corretos;
- c) apenas os itens **I**, **III** e **IV** são corretos;
- d) apenas os itens **III** e **IV** são corretos;
- e) não respondida.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/113408

Questão 169: CEBRASPE (CESPE) - Of BM (CBM DF)/CBM DF/Complementar/Pastor Evangélico/2007

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A respeito da organização e da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item subsequente.

O estado de defesa e o estado de sítio constituem duas medidas excepcionais para a restauração da ordem pública em momentos de anormalidade. Em ambos os casos, o controle político pelo Congresso Nacional sobre a decretação dessas medidas é prévio, visto que há necessidade de autorização para que o presidente da República as decrete.

- Certo
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/362499**Questão 170:** CEBRASPE (CESPE) - Of (PM DF)/PM DF/Saúde/Medicina Veterinária - Pequenos Animais - Cães/2007**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O presidente da República editou decreto que institui estado de defesa, justificado pela instabilidade institucional nos principais aeroportos do país, sobretudo pelos constantes atrasos de vôos. Em seguida, encaminhou o decreto ao Congresso Nacional, dentro do prazo constitucional, para aprovação ou rejeição do ato.

Em face dessa situação hipotética, julgue o item abaixo à luz das disposições constitucionais sobre o estado de defesa.

Na hipótese considerada, os poderes do presidente da República são absolutos; portanto, caso o decreto seja rejeitado pelo Congresso Nacional, o presidente poderá, legitimamente, alegando relevância e urgência, restabelecer o estado de defesa.

- Certo
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/454619**Questão 171:** CEBRASPE (CESPE) - Of (PM DF)/PM DF/Saúde/Medicina Veterinária - Pequenos Animais - Cães/2007**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Acerca do estado de sítio, julgue o item seguinte.

Na vigência de estado de sítio, no caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, poderão ser tomadas medidas de restrição a direitos fundamentais. Em casos de crimes contra a segurança nacional, poderão as autoridades estaduais das polícias militares autorizar a prática de tortura, desde que expressamente fundamentada e acompanhada de médico legalmente habilitado.

- Certo
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/454620**Questão 172:** FCC - Proc (MP TCE-MG)/TCE-MG/2007**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Considere as seguintes assertivas a respeito do Estado de Defesa:

- I. O sigilo de correspondência e o sigilo de comunicação telegráfica e telefônica são direitos constitucionais que não podem sofrer restrições no Estado de Defesa.
- II. O tempo de duração do Estado de Defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- III. Decretado o Estado de Defesa, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal.
- IV. Na vigência do Estado de Defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
 b) I, II e III.
 c) I e IV.
 d) II e IV.
 e) III e IV.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/730028**Questão 173:** CEBRASPE (CESPE) - Of (PM DF)/PM DF/Especialista/Músico/2006**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O presidente da República decretou, por 90 dias, estado de defesa, visando restabelecer a paz social na capital de determinado estado da federação. O decreto que instituiu o estado de defesa estabeleceu à população dessa capital, hoje com 400.000 habitantes, restrição ao sigilo de correspondência e de comunicação telefônica.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item que se segue, acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas.

O decreto do presidente da República que instituiu o estado de defesa é inconstitucional, uma vez que seu tempo de duração não poderá ser superior a 30 dias.

- Certo
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/453245**Questão 174:** CEBRASPE (CESPE) - Of (PM DF)/PM DF/Especialista/Músico/2006**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O presidente da República decretou, por 90 dias, estado de defesa, visando restabelecer a paz social na capital de determinado estado da federação. O decreto que instituiu o estado de defesa estabeleceu à população dessa capital, hoje com 400.000 habitantes, restrição ao sigilo de correspondência e de comunicação telefônica.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item que se segue, acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas.

O sigilo de correspondência e das comunicações telefônicas é inviolável, portanto, não pode o decreto presidencial cercear esse direito.

- Certo
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/453246**Questão 175:** CEBRASPE (CESPE) - Of (PM DF)/PM DF/Especialista/Músico/2006<https://www.tecconcursos.com.br/questoes/cadernos/experimental/19353362/imprimir>

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que tange ao estado de sítio previsto na Constituição da República, julgue o item subsequente.

A decretação de estado de sítio, de competência do ministro de estado da Defesa, depende de prévia autorização do Congresso Nacional.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/453247

Questão 176: CEBRASPE (CESPE) - Of (PM DF)/PM DF/Especialista/Músico/2006**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No que tange ao estado de sítio previsto na Constituição da República, julgue o item subsequente.

Com a decretação do estado de sítio, todas as garantias constitucionais previstas na Constituição podem ser suspensas pelo ministro da Justiça.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/453248

Questão 177: CEBRASPE (CESPE) - Ana Por (CODEBA)/CODEBA/Advogado/2006**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado. A respeito da presidência da República, julgue o item subsequente.

Decretar o estado de defesa e o estado de sítio compete privativamente ao presidente da República.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1329029

Questão 178: FEPESSE - AIPE (SEF SC)/SEF SC/2005**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Examine as seguintes hipóteses:

- I. declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira;
- II. calamidade natural de grandes proporções em prejuízo da paz social;
- III. comocão grave de repercussão nacional;
- IV. descumprimento de decisão emanada do Poder Judiciário;
- V. ineficácia de medidas adotadas durante o estado de defesa.

São casos de estado de sítio, segundo a Constituição da República:

- a) I, II e III.
- b) I, II e V.
- c) I, III e V.
- d) I, IV e V.
- e) II, III e IV.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/48083

Questão 179: CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE MT)/MPE MT/2005**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

No atinente à administração pública e à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item subsequente.

Eventos da natureza podem dar causa à decretação de estado de defesa, mas não à de estado de sítio.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/388053

Questão 180: FEPESSE - Proc (PGE SC)/PGE SC/2005**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Considere os seguintes pressupostos formais:

- I. prévia autorização do Congresso Nacional.
- II. expedição de decreto pelo Presidente da República.
- III. ratificação do Conselho de Defesa Nacional.
- IV. especificação das áreas abrangidas.
- V. fixação do tempo de duração, não superior a 15 dias.

A instauração do Estado de Defesa **exige**, entre outros:

- a) I, III e IV.
- b) I, IV e V.
- c) I, II e IV.

- d) Somente II e IV.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1000624

Questão 181: CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com referência às finanças públicas, aos tribunais de contas e à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item a seguir.

O estado de sítio, apesar de mais grave do que o estado de defesa, não está necessariamente sujeito a prazo, diversamente do que se passa em relação ao segundo, cujo prazo máximo de duração é de trinta dias, prorrogável uma vez.

- Certo
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/179885

Questão 182: NCE e FUJB (UFRJ) - Del Pol (PC DF)/PC DF/2004

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Nomeie, com alusão à defesa do Estado e das instituições democráticas, a opção válida:

- a) o estado de defesa, da mesma forma que o estado de sítio, só poderá ser decretado, pelo Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional;
- b) constituem pressupostos para a decretação do estado de sítio a comoção grave de repercussão nacional, a ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa e a declaração do estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira;
- c) o tempo de duração do estado de defesa e do estado de sítio não poderá ser superior a 30 (trinta) dias improrrogáveis;
- d) os atos praticados pelo executor da medida, durante o estado de defesa, não estão sujeitos, de vez que resultantes da instauração de um sistema de legalidade extraordinária, a controle judicial;
- e) a decretação de estado de sítio implica a suspensão de funcionamento do Congresso Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1063927

Questão 183: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário/2002

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A respeito dos instrumentos de proteção do Estado, julgue o item a seguir.

Uma vez comprovada a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, o presidente da República poderá solicitar autorização ao Congresso Nacional para decretar o estado de sítio.

- Certo
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/15841

Questão 184: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Relações Internacionais e Defesa Nacional/2002

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com base na disciplina constitucional vigente relativa ao estado de defesa, julgue o seguinte item.

Revoltadas com a política salarial, as centrais sindicais de um determinado estado da federação paralisaram as atividades na quase totalidade dos setores produtivos daquela unidade federativa. Contando com o apoio maciço da população, a greve prolongou-se por semanas, sem que se chegasse a um consenso. Diante do impasse, iniciaram-se conflitos entre manifestantes e policiais nas ruas. Diante desse quadro, será legítima a decretação do estado de defesa.

- Certo
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/17628

Questão 185: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Relações Internacionais e Defesa Nacional/2002

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com base na disciplina constitucional vigente relativa ao estado de defesa, julgue o seguinte item.

O prazo de duração do estado de defesa é de trinta dias, podendo ser prorrogado por iguais períodos sucessivos, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

- Certo
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/17630

Questão 186: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Relações Internacionais e Defesa Nacional/2002

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com base na disciplina constitucional vigente relativa ao estado de defesa, julgue o seguinte item.

O decreto que instituir o estado de defesa determinará, entre outras medidas, a derrogação da garantia de inviolabilidade do domicílio.

- Certo
 Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/17631

Questão 187: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Relações Internacionais e Defesa Nacional/2002

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com base na disciplina constitucional vigente relativa ao estado de defesa, julgue o seguinte item.

É possível o controle jurisdicional sucessivo sobre a conduta dos executores das medidas determinadas pelo decreto de estado de defesa.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/17632

Questão 188: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Relações Internacionais e Defesa Nacional/2002**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com base na disciplina constitucional vigente relativa ao estado de sítio, julgue o item subseqüente.

Solicitada a autorização para decretação de estado de sítio durante o recesso parlamentar, o presidente do Senado Federal, de imediato, deverá convocar extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de dez dias, a fim de apreciar o ato.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/17633

Questão 189: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Relações Internacionais e Defesa Nacional/2002**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com base na disciplina constitucional vigente relativa ao estado de sítio, julgue o item subseqüente.

No caso de declaração de estado de guerra externa, perdurando as circunstâncias que motivaram o estado de sítio, este só poderá ser prorrogado pelo prazo de trinta dias, ainda que sucessivos.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/17634

Questão 190: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Relações Internacionais e Defesa Nacional/2002**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com base na disciplina constitucional vigente relativa ao estado de sítio, julgue o item subseqüente.

Após decretar o estado de sítio, o presidente da República especificará as áreas de abrangência da medida.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/17635

Questão 191: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Relações Internacionais e Defesa Nacional/2002**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Com base na disciplina constitucional vigente relativa ao estado de sítio, julgue o item subseqüente.

Em tese, no caso de estado de sítio decretado em face de declaração de estado de guerra ou de resposta a agressão armada de Estado estrangeiro, todas as garantias constitucionais poderão ser restrinvidas, desde que presente a necessidade de eficácia da medida e que as restrições tenham sido objeto de deliberação por parte do Congresso Nacional no momento de autorização da medida. Além disso, referidas restrições devem estar presentes, expressamente, no decreto presidencial.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/17636

Questão 192: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Relações Internacionais e Defesa Nacional/2002**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A segurança nacional, denominada defesa nacional pela atual Constituição, é, de acordo com Hely Lopes Meirelles, "a situação de garantia individual, social e institucional que o Estado assegura a toda a Nação para a perene tranqüilidade de seu povo, pleno exercício dos direitos e realização dos objetivos nacionais, dentro da ordem jurídica vigente." (**Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000 p. 461). No quadro da ordem constitucional vigente, julgue os itens a seguir, referentes à defesa do Estado e à Lei de Segurança Nacional (LSN).

O legislador constituinte de 1988 cercou de garantias a prisão decretada durante o estado de defesa. Assim, a prisão por crime contra o Estado será determinada pelo executor da medida, que a comunicará imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se ela for ilegal. A nova Constituição faculta também ao preso sob o estado de defesa o requerimento de exame de corpo de delito à autoridade policial. Contudo, o preso permanecerá incomunicável durante o período de sua prisão ou detenção.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/17659

Questão 193: CEBRASPE (CESPE) - CL (SEN)/SEN/Relações Internacionais e Defesa Nacional/2002**Assunto:** Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A segurança nacional, denominada defesa nacional pela atual Constituição, é, de acordo com Hely Lopes Meirelles, "a situação de garantia individual, social e institucional

<https://www.tecconcursos.com.br/questoes/cadernos/experimental/19353362/imprimir>

que o Estado assegura a toda a Nação para a perene tranqüilidade de seu povo, pleno exercício dos direitos e realização dos objetivos nacionais, dentro da ordem jurídica vigente." (**Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000 p. 461). No quadro da ordem constitucional vigente, julgue os itens a seguir, referentes à defesa do Estado e à Lei de Segurança Nacional (LSN).

A prisão ou detenção de qualquer pessoa durante o estado de defesa não poderá ser superior a quinze dias, salvo autorização do Poder Judiciário.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/17660

Questão 194: FAURGS - Del Pol (PC RS)/PC RS/2002

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A decretação do Estado de Defesa **NÃO** faculta ao Presidente da República

- a) determinar a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos, em caso de calamidade pública.
- b) restringir o direito de reunião.
- c) restringir o sigilo de correspondência.
- d) restringir o sigilo de comunicação telefônica.
- e) determinar a Incomunicabilidade de preso pelo prazo máximo de dez dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/495543

Questão 195: CEBRASPE (CESPE) - TJ (TJ AC)/TJ AC/Judiciária/2002

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item seguinte.

Conforme ocorreu recentemente no estado do Espírito Santo, o estado de defesa, instituído por decreto do presidente da República, poderá durar até seis meses.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/550824

Questão 196: CEBRASPE (CESPE) - TJ (TJ AC)/TJ AC/Judiciária/2002

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item seguinte.

Cidadão preso por crime cometido na vigência do estado de defesa poderá ficar incomunicável.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/550825

Questão 197: CEBRASPE (CESPE) - TJ (TJ AC)/TJ AC/Judiciária/2002

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item seguinte.

Na vigência do estado de sítio, são permitidas as penas de morte ou de banimento aos cidadãos que cometerem crimes de terrorismo.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/550826

Questão 198: CEBRASPE (CESPE) - Sold (PM DF)/PM DF/Combatente/2001

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Ao se editar uma lei para regular certa matéria, alguns requisitos de validade deverão ser observados. Em relação ao processo legislativo na Federação brasileira, julgue o item abaixo.

A Lei Orgânica do Distrito Federal tem a mesma hierarquia de uma Constituição estadual; por isso, não pode ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/447763

Questão 199: CCMPM - Promo (MPM)/MPM/1999

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

O presidente da República decreta o Estado de Defesa, na forma da constituição, ouvindo:

- a) o Senado Federal;
- b) os Governadores de Estado;
- c) a Câmara dos Deputados;
- d) o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1100003

Questão 200: CCMPM - Promo (MPM)/MPM/1999

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

De acordo com a constituição, cessado o estado de defesa ou estado de sítio, seus efeitos:

- a) Perduram até que o Poder Legislativo os suspenda;
- b) Cessam também;
- c) Subsistem por prazo indeterminado;
- d) Permanecem até iniciativa do Poder Executivo em contrário.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1100005

Gabarito

1) A	2) E	3) E	4) C	5) D	6) D	7) A
8) C	9) A	10) D	11) A	12) C	13) E	14) Errado
15) Certo	16) D	17) D	18) C	19) B	20) D	21) A
22) A	23) C	24) A	25) B	26) C	27) Certo	28) Errado
29) E	30) C	31) A	32) C	33) A	34) C	35) Anulada
36) Anulada	37) Anulada	38) Anulada	39) B	40) A	41) C	42) D
43) B	44) A	45) B	46) A	47) D	48) C	49) B
50) D	51) D	52) C	53) Errado	54) Certo	55) Anulada	56) B
57) Anulada	58) E	59) C	60) C	61) E	62) D	63) D
64) B	65) D	66) C	67) C	68) E	69) A	70) B
71) B	72) D	73) A	74) D	75) Certo	76) A	77) A
78) D	79) D	80) D	81) C	82) B	83) B	84) Errado
85) A	86) B	87) B	88) D	89) B	90) B	91) C
92) B	93) C	94) D	95) A	96) D	97) Errado	98) B
99) E	100) D	101) B	102) A	103) A	104) Errado	105) Errado
106) Certo	107) D	108) C	109) Certo	110) A	111) D	112) D
113) C	114) Certo	115) E	116) B	117) B	118) A	119) Anulada
120) C	121) A	122) A	123) B	124) C	125) B	126) B
127) D	128) E	129) B	130) A	131) D	132) C	133) C
134) Anulada	135) E	136) E	137) A	138) B	139) D	140) B
141) A	142) A	143) C	144) E	145) C	146) C	147) Anulada
148) A	149) Errado	150) C	151) A	152) A	153) Certo	154) Errado
155) Errado	156) D	157) Errado	158) Errado	159) A	160) C	161) D
162) C	163) D	164) C	165) A	166) D	167) A	168) C
169) Errado	170) Errado	171) Errado	172) D	173) Certo	174) Errado	175) Errado
176) Errado	177) Certo	178) C	179) Errado	180) D	181) Certo	182) B
183) Certo	184) Errado	185) Errado	186) Errado	187) Certo	188) Errado	189) Errado
190) Errado	191) Certo	192) Errado	193) Errado	194) E	195) Errado	196) Errado
197) Errado	198) Certo	199) D	200) B			